



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PAULA FERREIRA DIAS

**O GINÁSIO DE GOIATUBA: CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO
SECUNDÁRIO 1956 A 1964**

CATALÃO – GO

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Paula Ferreira Dias

3. Título do trabalho

O Ginásio de Goiatuba: criação e institucionalização do ensino secundário 1956 a 1964

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;



Documento assinado eletronicamente por Fernanda Barros, Professora do Magistério Superior, em 14/11/2023, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por PAULA FERREIRA DIAS, Discente, em 23/11/2023, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4188141 e o código CRC 94B4C905.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PAULA FERREIRA DIAS

**O GINÁSIO DE GOIATUBA: CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO
SECUNDÁRIO 1956 A 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de conhecimento: Educação

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (Auto)biográfica.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Barros

CATALÃO - GO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Dias, Paula Ferreira

O Ginásio de Goiatuba: criação e institucionalização do ensino secundário 1956 a 1964 [manuscrito] / Paula Ferreira Dias. - 2023. 77LXXVII f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Fernanda Barros.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2023.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ginásio de Goiatuba. 2. Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. 3. Ensino secundário. I. Barros, Fernanda, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE Nº.288 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE PAULA FERREIRA DIAS.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 08:00 horas, no Laboratório LAMUL - Universidade Federal de Catalão (UFCAT), reuniram-se os componentes da banca examinadora, a Profa. Dra. Fernanda Barros - PPGEDUC/UFG - Orientadora; Profa. Dra. Michelle Castro Lima -PPGEDUC/FAE/UFCAT- Membro Interno; Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes - UFPI- Membro Externo, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de Paula Ferreira Dias, discente do Programa de Mestrado em Educação – PPGEDUC da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “O GINÁSIO DE GOIATUBA: A FORMAÇÃO DE UMA IDEIA PARA A CRIAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO NO MUNICÍPIO DE GOIATUBA DE 1956 A 1964”. A sessão foi aberta pela presidenta da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida a discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho O Ginásio de Goiatuba: criação e institucionalização do ensino secundário 1956 a 1964 e solicitou revisão total do trabalho segundo orientação da banca. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: DEFESA APROVADA, fazendo jus, portanto, ao título de **Mestra em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - Regional Catalão/UFCAT Em transição. A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFCAT, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

O Ginásio de Goiatuba: criação e institucionalização do ensino secundário 1956 a 1964



Documento assinado eletronicamente por Michelle Castro Lima, Professora do Magistério Superior, em 28/09/2023, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Fernanda Barros, Professora do Magistério Superior, em 28/09/2023, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Antonio de Pádua Carvalho Lopes, Usuário Externo, em 14/12/2023, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4078302 e o código CRC 2057F3AA.

Referência: Processo nº 23070.055435/2023-68

SEI nº 4078302

*Dedico este trabalho à minha família e aos leitores
e pesquisadores que buscam conhecer a história do
Ginásio de Goiatuba e ver sob novas perspectivas
o ensino secundário.*

AGRADECIMENTO

Como sou grata por chegar até aqui! Foram dias árduos, mas com a sensação de dever cumprido. Lembro-me de quanto batalhei para conseguir passar na seleção para o Mestrado e agora concluir este sonho. Foi um longo caminho, de muita persistência, choro, alegria, aprendizado, companheirismo e eu não teria superado os desafios sem a ajuda de grandes pessoas que contribuíram diretamente ou indiretamente para a concretização desta pesquisa.

À minha orientadora, amiga, Prof^a Dr^a Fernanda Barros, por todo o conhecimento compartilhado, por toda paciência para comigo. Por me mostrar um novo olhar sobre os estudos em história da educação e principalmente sobre o ensino secundário. Obrigada pelo cuidado, conselhos e puxões de orelha. Obrigada por tudo!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão e à linha de pesquisa Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto)biográfica, pela oportunidade e conhecimento compartilhado.

Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação de Catalão (NEPEDUCA) e à linha de pesquisa do grupo sobre o ensino secundário, por ampliarem meus conhecimentos sobre o ensino secundário e a pesquisa documental.

Ao Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes e à Profa. Dra. Aparecida Maria de Almeida Barros, pela leitura criteriosa e sugestões apresentadas na banca de qualificação e de defesa, que contribuíram de maneira significativa para este trabalho.

Ao Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Elísio Joaquim de Vasconcelos, sob cuja responsabilidade estão os documentos do Ginásio de Goiatuba, por me receber respeitosamente nas inúmeras visitas para fotografar aqueles que foram utilizados nesta investigação.

Ao grande professor Lacordaire Constantino Ribeiro, que contribuiu com sua memória e me ajudou a encontrar novos caminhos para minha pesquisa quando eu achava não haver caminhos.

Sou eternamente grata a minha família, que sempre me apoiou e foi o meu esteio, o meu combustível para alçar voos longos. Quantas e quantas vezes eu liguei ou mandei uma mensagem chorando desesperada, querendo desistir de tudo, sentindo-me incapaz e vocês enxugaram as minhas lágrimas, seguraram em minha mão e me mostraram quão forte, resiliente e merecedora eu sou.

Em especial agradeço à minha mãe, Eurípedes Aparecida, que sempre orou por mim e pelos meus sonhos, que sempre esteve ao meu lado me dando uma palavra de conforto, dizendo que eu iria conseguir, que eu era capaz e que eu e minha irmã somos o orgulho dela. Você é meu exemplo de força, sabedoria e persistência. Obrigada por tudo!

À minha irmã Bruna Ferreira, pela amizade, companheirismo, sensibilidade, incentivo, compreensão nesse processo de formação acadêmica pelo qual que você também já passou. Obrigada por compartilhar comigo mais uma etapa da vida, pelos inúmeros conselhos e por me dar consolo quando eu achava que não iria conseguir mais. Obrigada por cada oração!

Ao meu companheiro, Kennedy Ferreira, pelo apoio, carinho, amor, atenção, paciência, compreensão desde o início desse processo. A leveza de sua companhia aquecia o meu coração, o seu consolo me dava forças para prosseguir, suas palavras eram palavras de bom ânimo. Admiro-o e lhe agradeço por sonhar este sonho comigo, por admirar o que eu faço. Obrigada por todo o companheirismo!

Aos meus sobrinhos Josué e Rebeca, vocês foram peças fundamentais para me dar forças para seguir. Josué, você com sua leveza curava as minhas feridas e a cada chamada de vídeo ou encontro, com seu sorriso e abraço, renovava minhas forças e me dava bom ânimo para finalizar esta pesquisa. Rebeca, você chegou trazendo tanto aprendizado para nossa família. Você, tão pequena, me ensinou tanto sobre resiliência, sobre não desistir e me deu forças nesta reta final, que é tão difícil. A vocês eu dedico este trabalho.

Ao meu pai, Paulo, por todo apoio e incentivo. Por sempre acreditar no meu potencial e me incentivar a seguir com a pesquisa.

Aos companheiros de mestrado, que compartilharam as experiências, pesquisas, anseios, medos, inseguranças, mas também muitas alegrias com cada conquista.

Aqueles que não mencionei, mas que contribuíram de alguma forma para que eu desenvolvesse esse trabalho.

Agradeço a todos!

(...)

- Mas talvez a minha história seja sem sentido...

- Não há história sem sentido. (...) A história torna-se o livro dos vivos, como uma ressoante trombeta que faz ressurgir do sepulcro os que eram pó há séculos... Só que demora muito tempo, é preciso considerar os acontecimentos, ligá-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis.

In Baudolino, de Umberto Eco

RESUMO

Esta pesquisa faz parte do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão, da Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (Auto)biográfica e tem como base a pesquisa documental e bibliográfica, a qual foi utilizada para obter as respostas e compreender o processo histórico da História da Educação de Goiatuba. Seu objeto de estudo é o Ginásio de Goiatuba, que foi a primeira instituição do município a ofertar o ensino secundário. Em 1956, os comerciantes do município planejaram criar um ginásio em Goiatuba, então constituíram uma Fundação, que foi o primeiro órgão mantenedor, e foram em busca de subsídios para construir o ginásio. No ano de 1958 a Campanha Nacional de Educandários chegou ao município e a Fundação, diante das dificuldades que vinha enfrentando, transferiu para ela sua responsabilidade e só assim o Ginásio de Goiatuba foi materializado. O recorte temporal da pesquisa é o período de 1956 a 1964. O problema se constitui da seguinte questão: Como ocorreu a institucionalização do Ginásio de Goiatuba entre os anos de 1956 e 1964? O objetivo geral do trabalho é compreender o processo histórico da criação e institucionalização do Ginásio de Goiatuba entre os anos de 1956 e 1964. Nesse sentido, a investigação teve como categoria os princípios da história das instituições educativas, que pesquisa o que se passa em seu interior. Por meio dos documentos, temos como objetivo reconstruir aspectos da história do Ginásio de Goiatuba.

Palavras-Chaves: Ginásio de Goiatuba; Campanha Nacional de Educandários Gratuitos; Ensino Secundário.

ABSTRACT

This research is part of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Catalão, of the Research Line on Educational Policies, History of Education and (Auto)biographical Research and is based on documentary and bibliographical research, which was used to obtain the answers and understand the historical process of the History of Education in Goiatuba. Its object of study is the Ginásio de Goiatuba, which was the first institution in the municipality to offer secondary education. In 1956, the city's merchants planned to create a gym in Goiatuba, so they set up a Foundation, which was the first supporting body, and looked for subsidies to build the gym. In 1958, the National Education Campaign arrived in the municipality and the Foundation, faced with the difficulties it was facing, transferred its responsibility to it and only then did the Goiatuba Gymnasium materialize. The time frame of the research is the period from 1956 to 1964. The problem consists of the following question: How did the institutionalization of the Ginásio de Goiatuba occur between the years 1956 and 1964? The general objective of the work is to understand the historical process of the creation and institutionalization of the Ginásio de Goiatuba between the years 1956 and 1964. In this sense, the investigation had as its category the principles of the history of educational institutions, which researches what happens in its interior. Through the documents, we aim to reconstruct aspects of the history of the Goiatuba Gymnasium.

Keywords: Gymnasium of Goiatuba; National Campaign of Free Schools; High school.

LISTA DE IMAGENS

1– Esquema das categorias operacionais.....	35
2 – Fotografia da rua principal no sentido vertical do município de Goiatuba na década de 1950.....	55
3 – Fotografia da diretoria da Fundação Ginásio de Goiatuba.....	58
4 – Fotografia do primeiro modelo arquitetônico do ginásio – frente.....	60
5 – Fotografia do primeiro modelo arquitetônico do ginásio fundos.....	61
6 – Fotografia do quadro geral de matrículas (exercício 1963)	72

LISTA DE QUADROS

1 - Documentos utilizados e encontrados no arquivo do Ginásio de Goiatuba.....	24
2 - Instituições Escolares no Brasil vinculadas à CNEG. Ano: 1951.....	45
3 - Instituições Escolares vinculadas à CNEG no Estado de Goiás. Ano:1959.....	47
4 - Estabelecimentos da CNEG, no estado de Goiás, beneficiados no orçamento da União - Exercício 1959.....	47
5 - Ginásios criados nos anos de 1940 no Estado de Goiás.....	51
6 - Ginásios criados nos anos de 1950 no Estado de Goiás.....	51
7 - Ginásios criados nos anos de 1960 no Estado de Goiás.....	52
8 - Quantidade de escolas em Goiás no período de 1945 a 1960.....	53
9 - Relação dos empresários/ comerciantes e ramo de negócios.....	56
10 - Denominações e vinculações do Ginásio de Goiatuba.....	63
11 - Relação de Diretores do Ginásio de Goiatuba.....	70
12 - Relação do corpo docente do Ginásio Estadual de Goiatuba (Exercício 1963)...	70
13 - Horário das aulas ministradas por dia (Exercício 1964).....	71
14 - Relação das matérias e números de aulas por semana dos cursos ginásial e admissão.....	72
15 - Quantitativo de alunos do sexo masculino e feminino que prestaram os exames de admissão no ano de 1962.....	74
16 - Exames de Admissão da 1ª Época da 1ª série Ginásial do Ginásio Estadual de Goiatuba.....	74
17 - Exames de Admissão da 2ª Época da 1ª série Ginásial do Ginásio Estadual de Goiatuba.....	74

LISTA DE SIGLAS

AL - Alagoas

AM - Amazonas

CENEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CEPMG – Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás Elísio Joaquim de Vasconcelos

CGP – Campanha do Ginasiano Pobre

CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

ES- Espírito Santo

GO - Goiás

ITEGO - Instituto Tecnológico de Goiás

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA - Maranhão

MT – Mato Grosso

NEPEDUCA - Núcleo de Pesquisa em Educação de Catalão

PA - Pará

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS: ABORDAGENS CONCEITUAIS	27
<i>1.1 A história das instituições educativas</i>	27
<i>1.2 A institucionalização como aspecto das instituições educativas</i>	33
<i>1.3 História local</i>	36
CAPÍTULO 2 A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS E A EXPANSÃO DO ENSINO GINASIAL EM GOIÁS	39
<i>2.1 O que foi a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos</i>	39
<i>2.2 A CNEG em Goiás</i>	44
<i>2.3 A expansão dos Ginásios em Goiás</i>	49
CAPÍTULO 3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO GINÁSIO DE GOIATUBA: DA CRIAÇÃO À ESTADUALIZAÇÃO	55
<i>3.1 Fundação Ginásio de Goiatuba</i>	55
<i>3.2 A CNEG chega a Goiatuba</i>	62
<i>3.3 A Estadualização do Ginásio de Goiatuba: organização do ensino secundário</i>	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada *O Ginásio de Goiatuba: a formação de uma ideia para a criação de uma instituição de ensino secundário no município de Goiatuba de 1956 a 1964* tem como base a pesquisa documental que será utilizada para obter as respostas e compreender esse período do processo histórico da História da Educação de Goiatuba, pois, até o presente momento, não aparecem nas bases de dados¹ pesquisas sobre a história da educação do município. O objeto de estudo desta pesquisa é o Ginásio de Goiatuba, que foi a primeira instituição do município a ofertar o ensino secundário.

A proposta motivadora desta pesquisa se alicerça no fato de não haver pesquisas sobre a história da educação de Goiatuba e de o Ginásio de Goiatuba ter contribuído para a história da cidade. Inicialmente o objeto da pesquisa era outro, era o *Colégio Estadual de Goiatuba*, mas, após ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão e me inserir no Grupo de Pesquisa *Nepeduca*, que tem uma linha de pesquisa sobre o ensino secundário, surgiu um novo olhar voltado para esse tipo de ensino, com o desejo de compreender a instituição e como se iniciou seu funcionamento. Para chegar até o objeto foi necessário realizar uma pesquisa sobre as instituições que ali ofertaram o ensino secundário e constatou-se que o *Colégio Estadual de Goiatuba* foi inicialmente *Ginásio de Goiatuba*, sendo a primeira instituição a ofertar o ensino secundário no município,

Goiatuba é um município brasileiro do interior do Estado de Goiás, na Região Centro-Oeste do país, pertencente à Região Geográfica Intermediária de Itumbiara e à Região Geográfica Imediata de Itumbiara. Está localizada a 172 quilômetros de distância da capital goiana, Goiânia, como mostra o mapa 1:

¹ Foram consultadas as seguintes bases de dados: CAPES, biblioteca da UFCAT.

Mapa 1 - Mapa da localização de Goiatuba no Estado de Goiás.



Fonte: Site Prefeitura Municipal de Goiatuba.

O município de Goiatuba limita-se ao norte com os municípios de Vicentinópolis, Joviânia e Morrinhos; ao sul, com os municípios de Castelândia, Bom Jesus de Goiás, Itumbiara e Panamá; a leste, com Buriti Alegre e a oeste com Porteirão.

De acordo com José Pedro Machado (1956, p. 357), a palavra Ginásio na língua portuguesa antes se grafava *gymnásio* e, depois, *gimnásio*. Origina-se do grego *gymnásion*, que quer dizer “exercitar-se nú” e na Grécia antiga referia-se a um determinado local para a prática de exercícios. A palavra se latinizou e passou a grafar-se *Gymnasium* ou Escola.

Foi criada no ano de 1956 uma Fundação mantenedora com a intenção de construir um Ginásio no município de Goiatuba. A iniciativa partiu de comerciantes locais: Agenor Garcia Rosa, Waldemar Borges Guimarães, Jeronimo Carlos do Prado, Francisco de Oliveira Marques, Genesio Vieira de Castilho, Geraldo de Freitas, Arideu Costa e Oliveira. Segundo Ribeiro (2021) o que motivou o grupo a lutar pela causa foi o fato de a mocidade goiatubense que

desejasse estudar ter que se deslocar para outros municípios, portanto os filhos desses comerciantes tinham que se mudar para a Capital goiana, a cidade de Goiânia, para cursar o ensino secundário, o que levava muitos deles a não voltar para dar continuidade aos negócios da família.

No dia 04 de janeiro de 1956 o grupo se reuniu com a comunidade no Grupo Escolar Laudelino Gomes para apresentar a ideia de criar um ginásio no município e explicar que, para isso, a Fundação que seria responsável pelo empreendimento necessitaria do apoio e ajuda da comunidade.

Diferente da maioria das instituições educativas que primeiro são instaladas e somente depois de algum tempo construíam um prédio para seu funcionamento, o *Ginásio de Goiatuba* teve primeiramente a construção do seu prédio, antes da instalação. A materialização do *Ginásio* ocorreu no ano de 1958, após dois anos de luta e isso só foi possível com a chegada da *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* no município.

Durante o período de dois anos nos quais o *Ginásio de Goiatuba* ainda não havia se materializado, os membros da Fundação buscaram meios e conseguiram subsídios, materiais e ganharam um lote situado na Rua Piauí n. 460, doado pela empresa *Irmãos Garcia*. A população goiatubense foi grande contribuinte para a construção do prédio. Conforme a Ata da Fundação *Ginásio de Goiatuba* “[...] o povo goiatubense jamais negaria o seu apoio e a sua solidariedade ao movimento era em evidência para a educação instrutiva da sua mocidade”.

A materialização do *Ginásio de Goiatuba* só ocorreu com a chegada da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), no ano de 1958. A Fundação enfrentava muitas dificuldades para colocar a escola em funcionamento, entre elas as exigências do Ministério da Educação e Cultura sobre os estabelecimentos de ensino secundário, a falta de subsídios e os interesses políticos. Diante de tais dificuldades, assim como outros municípios a Fundação viu na CNEG uma maneira mais fácil e rápida de institucionalizar o ginásio e assim resolveu transferir as responsabilidades e direitos da Fundação para a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Holanda (1981, p. 58) ressalta que a grande expansão de instituições secundárias em Goiás ocorreu por meio da CNEG, pois era o meio mais viável e rápido de municípios menores obterem um ginásio. Na década de 50 a CNEG contava com o auxílio do Ministério da Educação e Cultura, órgãos estaduais e recebeu deles fornecimento de materiais e orientações para que houvesse maior expansão da Campanha em todo território nacional.

A Fundação e a CNEG uniram forças para concretizar o objetivo de cada uma, a Fundação de institucionalizar o *Ginásio de Goiatuba* e a CNEG de se expandir pelo estado de Goiás.

Em 1960, com a ida do então governador Mauro Borges à cidade, iniciaram-se os trâmites para a transferência do Ginásio de Goiatuba para o Estado de Goiás e, com a transferência, veio a mudança de seu nome, que passou a ser Ginásio Estadual de Goiatuba. No ano de 1968, o Ginásio foi transferido para um novo prédio, situado à Rua São Paulo n. 816, e lá houve mais uma mudança de nome, passando a se chamar Colégio Estadual de Goiatuba. Ocorreu também a expansão da oferta do ensino, passando a oferecer o ensino colegial.

A *Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos* foi criada com o intuito de democratizar a educação secundária gratuita, tendo auxílio dos Poderes Públicos. Teve início em Pernambuco no ano de 1943, sendo seu idealizador Felipe Tiago Gomes e mais quatro ginásianos nordestinos: Florisval Silvestre Neto, Carlos Luis de Andrade, Eurico José Cadengue e Joel Pontes. Nos anos seguintes se expandiu por todo o Brasil. No Estado de Goiás sua expansão ocorreu no ano de 1950, conforme Macedo (2018, p. 40). Conhecer a Campanha é importante para que compreendamos em quais moldes o *Ginásio de Goiatuba* foi institucionalizado.

Segundo Cristiane Rodrigues Mendonça de Souza (2017, p. 16), o “Objetivo da Campanha era oferecer ensino gratuito a jovens estudantes sem condições financeiras para tanto e, posteriormente, poder cobrar uma mensalidade acessível a todos que desejassem cursar o ensino secundário no Brasil”.

De acordo com Souza (2017, p. 49), a CNEG abriu portas para a democratização do ensino secundário, dando oportunidade para os jovens de classe popular o cursarem, já que ele era até então voltado para a elite social.

De acordo com Nelsimar José Naves (2013), a *Campanha dos Educandários Gratuitos* surgiu primeiramente com o nome de *Campanha do Ginásiano Pobre*, passando posteriormente a ser chamada de *Campanha dos Ginásios Populares*. Houve mudanças significativas na designação e por fim passou a ser *Campanha dos Educandários Gratuitos*. No segundo capítulo será explorada toda essa trajetória, as mudanças e permanências da campanha.

Por se tratar de uma pesquisa inédita, não consta a existência de pesquisadores que tenham dedicado suas pesquisas ao *Ginásio de Goiatuba*, mas há estudos de outros locais, como as dissertações: *Ensino secundário e a campanha nacional de educandários gratuitos (CNEG): Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, Uberaba-MG (1953-1971)*, da autora Cristiane Rodrigues Mendonça de Souza, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da

Universidade de Uberaba (UNIUBE), sob orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto; *História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba-GO (1956 a 1974)*, do autor Nelsimar José Naves, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, sob orientação do Prof. Dr. Wolney Honório Filho; *A Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA*, da autora Daisy Laraine Maraes de Assis, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Para compreender melhor o ensino secundário, há as contribuições de pesquisadoras como: Haidar (1972) e Barros (2006, 2007, 2012, 2017, 2018, 2020, 2023). De acordo com Maria de Lourdes Mariotto Haidar (1972, p. 37), o ensino secundário brasileiro ao final do Império estava desorganizado e precário. Somente uma minoria tinha acesso a ele, pois, desde a sua criação, o objetivo era formar a elite brasileira.

Conforme Fernanda Barros (2006, p. 73), o ensino secundário e superior seriam os responsáveis pela formação da jovem elite brasileira, enquanto o ensino primário e profissional se encarregaria de educar os trabalhadores.

O surgimento de uma instituição de Ensino Secundário em Goiatuba no ano de 1956 está ligada de certo modo à conjuntura do país e às ações estabelecidas pelo estado de Goiás no contexto educacional. A Reforma Capanema organizou o Ensino Secundário, mais especificamente pelo Decreto-Lei 4.244 de 09 de abril de 1942, dividindo-o em dois ciclos: o Ginásial, com quatro anos, e o Colegial, com três anos.

Nesse sentido, a investigação desta pesquisa teve como categoria os princípios da história das instituições educativas, que pesquisa o que se passa em seu interior pela “[...] apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JUNIOR, 2002, p. 30).

A palavra instituição deriva do latim *institutio, onis*. Portanto é necessário que tenhamos clareza em relação aos conceitos e categorias de análise que envolvem esse campo de pesquisa em História da Educação. Saviani (2008, p. 28) enunciou acepções, visto que o vocábulo tem vários significados: 1. Disposição, plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método, sistema; escola; seita; doutrina.

Esta pesquisa tem como objeto uma instituição educativa, o *Ginásio de Goiatuba*. Justino Magalhães (1998, p. 72), uma das referências sobre o estudo das Instituições Educativas, afirma que a construção da história de uma instituição educativa visa a conferir-lhe

uma identidade cultural e educacional, uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional. Magalhães esclarece que

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permite a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (MAGALHÃES, 1996, p. 1).

Saviani (2008, p. 28) diz que “[...] a palavra instituição guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem”. Entendemos que o *Ginásio de Goiatuba*, institucionalizado por meio da *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*, é uma instituição educativa que pode ser reinterpretada por meio dos seus documentos e exibe características aceitas por nós como corretas para sua classificação. O *Ginásio de Goiatuba*, enquanto unidade acadêmica, possui um sistema de práticas que deixa claro o seu ideal de educar a juventude do município, possuiu uma identidade e faz parte do quadro sociocultural e educacional de Goiatuba e do Estado de Goiás. Conforme Magalhães,

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

Portanto, para melhor compreender a evolução institucional, é preciso saber que ela corresponde à correlação de uma constelação epistêmica de natureza objetual e substantiva, constituída por: materialidade, representação, apropriação, instituído, instituinte/institucionalização, instituição. (MAGALHÃES, 2004, p. 139).

Justino Magalhães diz que estas três características: materialidade, representação e apropriação são essenciais para analisar uma instituição e, no que se refere ao Ginásio de Goiatuba, serão privilegiadas, de todas as que ele elenca, a materialidade e a representação, abordadas nos próximos capítulos, já que a documentação nos dá possibilidade de analisá-las.

O recorte temporal vai dos anos de 1956, período em que se iniciou a mobilização para a constituição do Ginásio de Goiatuba, até 1964, três anos após a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional 4.024/61, que reconfigurou o Ensino Secundário no Brasil, e em que, assim como o Ginásio de Goiatuba, muitos outros ginásios foram estadualizados em Goiás. Finalizamos a pesquisa em 1964 por ser o ano dos últimos documentos encontrados no arquivo do ginásio.

O problema desta pesquisa se delinea com a seguinte questão: Como ocorreu a institucionalização do Ginásio de Goiatuba entre os anos de 1956 e 1964?

O objetivo geral da pesquisa é compreender o processo histórico da criação e institucionalização do Ginásio de Goiatuba entre os anos de 1956 e 1964.

Os objetivos específicos foram: a) identificar o papel da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos na expansão do ensino ginásial em Goiás; b) analisar a documentação interna do Ginásio de Goiatuba para compreender a sua institucionalização; c) compreender o percurso de concepção, instalação e estadualização.

Para a construção deste estudo, foram adotados procedimentos metodológicos, entre os quais a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental é uma fonte estável de dados e rica, possibilita uma leitura aprofundada das fontes e não acontece o contato com os sujeitos da pesquisa. Segundo Pádua (1997),

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]. PÁDUA (1997, p. 62).

Por meio dos documentos, tivemos como objetivo reconstruir aspectos da história do Ginásio de Goiatuba. As fontes documentais para este estudo foram encontradas sob a responsabilidade da instituição atual. Estavam desorganizados, são documentos avulsos e alguns são cópias. Foi feito o registro fotográfico de cada um para posterior análise detalhada. Depois de fotografados, foi feita uma lista daqueles encontrados, em seguida seu fichamento e iniciado o processo de análise, observando os aspectos contidos, informações, datas, para realizar a reconstrução da história da instituição de ensino.

No quadro 1, detalhamos de forma mais precisa quais foram os documentos encontrados e utilizados:

Quadro 1 – Documentos utilizados e encontrados no arquivo do Ginásio de Goiatuba

DATAS	DOCUMENTOS
19 de maio de 1952	Portaria Ministerial nº 501
04 de janeiro 1956	Ata da Fundação Ginásio de Goiatuba
05 de janeiro de 1956	Estatuto da Fundação Ginásio de Goiatuba
04 de janeiro de 1957	Ata da 1ª reunião da comissão Pro-Fundação Ginásio Estadual de Goiatuba
12 de fevereiro de 1957	Certidão de Imóvel
07 de novembro de 1957	Lei nº 1.707
01 de maio de 1958	Ata 19 – Sessão extraordinária da CNEG para a Fundação do Setor Municipal em Goiatuba
31 de julho de 1958	Termo de propriedade jurídica
Sem data	Regimento Interno do Ginásio de Goiatuba – CNEG

Exercício 1959	Relação dos educandários da CNEG beneficiados no orçamento da União
Sem data	O que é necessário para fundar um educandário da CNEG
26 de outubro de 1960	Lei 3.037
1 - 3 - 4 - 5 e 6 de dezembro de 1962	Ata Geral dos Exames de Admissão, realizados na 1ª época de 1962
16 - 18 - 19 - 20 e 21 de fevereiro de 1963	Ata Geral dos Exames de Admissão, realizados na 2ª época de 1962
1 de abril de 1963	Quadro Geral de matrículas
1963	Corpo docente em exercício curso ginásial
19 de fevereiro de 1964	Calendário escolar

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos documentos encontrados.

Por meio dos documentos pudemos compreender as práticas e projetos do *Ginásio de Goiatuba* no período.

A presente dissertação, então, encontra-se dividida em três capítulos e cada capítulo tem três subseções. No primeiro capítulo, intitulado *Instituições educativas: Abordagens Conceituais*, a primeira subseção: *A História das Instituições Educativa* busca trazer o conceito de instituição e a compreensão da metodologia das histórias das instituições e está alicerçada no suporte teórico do autor Justino Magalhães, que possibilita, por meio de diversos olhares sobre o objeto, descrever a história da instituição. A segunda subseção, *A Institucionalização como aspecto das instituições educativas*, procura demonstrar que a escola possui identidade e historicidade e que por meio da investigação será possível abranger seu percurso histórico de institucionalização. A terceira subseção, *História local*, tem como objetivo demonstrar que a instituição educativa e o local possuem uma inter-relação pela qual a instituição compõe o local e, dessa forma, o local se torna instituição.

No segundo capítulo, *A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e a expansão do ensino ginásial em Goiás*, a primeira subseção, *O que foi a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*, explicita o que foi a campanha, seu objetivo e processo histórico, pois compreendê-la é importante, já que foi por meio dela que o Ginásio de Goiatuba iniciou suas atividades. A segunda subseção, *A CNEG em Goiás*, tem como objetivo demonstrar como a Campanha chegou a Goiás após receber apoio e recursos federais por meio do poder público, e assim se expandiu não só nesse estado, mas também em todo o território nacional. A terceira subseção, *A expansão dos Ginásios em Goiás*, mostra como ocorreu a expansão dos ginásios em Goiás e, dessa forma, a do ensino secundário. O Lyceu de Goyaz foi a instituição formadora da elite intelectual goiana. A maior expansão de instituições secundárias no estado ocorreu depois da década de 1950, quando foi adotado o plano de expansão proposto pelos governos de Vargas e JK.

No terceiro capítulo, *A institucionalização do Ginásio de Goiatuba: da criação a estadualização*, o objetivo é mostrar como ocorreu o processo de institucionalização do ginásio, em quais moldes o ensino secundário foi organizado. A primeira subseção, *Fundação Ginásio de Goiatuba*, mostra o início da sua criação, que teve como primeira mantenedora a Fundação Ginásio de Goiatuba, e depois foi construído e instalado quando a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos chegou ao município. A segunda subseção, *A CNEG em Goiás*, trata do processo ocorrido quando a CNEG chegou ao município, a Fundação Ginásio de Goiatuba lhe transferiu todas as responsabilidades e assim o Ginásio de Goiatuba foi instalado e iniciou suas atividades. Também explicita como ocorreram a organização e instalação. Na terceira subseção, *A Estadualização do Ginásio de Goiatuba: organização do ensino secundário*, o objetivo é mostrar que, após dois anos de funcionamento do Ginásio de Goiatuba tendo como mantenedora a CNEG, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 1961 ocasionou mais uma mudança e ele foi encampado pelo Estado de Goiás, assim como muitos outros pertencentes à CNEG também o foram transferidos para o Estado de Goiás no mesmo ano. Aqui buscamos mostrar como o ensino secundário ficou organizado no Ginásio Estadual de Goiatuba.

Dessa forma, este estudo almeja contribuir para o campo de pesquisas em História da Educação, ampliando as investigações sobre o Ginásio de Goiatuba e sobre a história da educação do município de Goiatuba. Espera-se que a partir desta pesquisa novas investigações sejam realizadas com essa temática.

CAPÍTULO 1 – INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS: ABORDAGENS CONCEITUAIS

Este primeiro capítulo tem como objetivo discutir a História das Instituições Educativas, mostrando a importância de historicizá-las e demonstrando que, para compreender uma instituição, é preciso conhecer os elementos fundantes de sua história e de sua estruturação.

O capítulo aborda a institucionalização como aspecto das instituições educativas, cujo processo histórico é possível de ser compreendido por meio da sua historicidade e identidade. Também buscamos mostrar que o local e a instituição educativa se inter-relacionam e assim a instituição – Ginásio de Goiatuba compõe o local – Goiatuba. Teremos como suporte teórico o autor Justino Magalhães, que possibilita diversos olhares sobre o objeto e assim possibilita narrar a história do Ginásio de Goiatuba.

1.1 A história das instituições educativas

Justino Magalhães trata da história das instituições educativas, que investiga o que se passa no interior da escola, mesmo que ela tenha se transformado ao decorrer dos tempos, por meio daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte.

Dessa forma, Magalhães oferece uma reflexão sobre a instituição escolar, distinguindo-a como epistemologia de uma totalidade, para depois fazer estudos sobre a História das Instituições Educativas.

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante. (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

O autor destaca que os estudos a respeito das instituições escolares precisam contemplar três indissociáveis exteriores, sendo eles:

- a materialidade (o instituído): projeto arquitetônico, prédio, seus equipamentos, material didático e estrutura organizacional;
- a representação (a institucionalização): papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo tradição, modelos pedagógicos, currículo e funcionamento institucional;
- a apropriação (a instituição): as práticas pedagógicas propriamente ditas, os referenciais pedagógicos que norteiam as práticas e a identidade da escola e dos atores envolvidos nela (MAGALHÃES, 2004, p. 96).

Podemos afirmar que o Ginásio de Goiatuba é uma instituição educativa por sua organização, sistema de ensino, pedagogia e currículo, configurando-se como trabalho

pedagógico institucionalizado. Partindo desses eixos, a materialidade e a representação, conseguimos historicizar o Ginásio de Goiatuba por meio do seu projeto arquitetônico e prédio, que seguiam as exigências estabelecidas pelo Ministério da Educação sobre os estabelecimentos de ensino secundário e também as exigências estabelecidas pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Partindo da representação, a institucionalização do Ginásio de Goiatuba contribuiu para o desenvolvimento do município, tornando-se o centro de ensino de referência da região.

Justino Magalhães (1998) assim conceitua as instituições educativas:

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62).

Para historicizar uma instituição educativa, precisamos compreender como isso se processa, de que forma o Ginásio de Goiatuba é integrado em um sistema educativo, de políticas de ensino. Para construir a história desse objeto, precisamos aprofundar nestes eixos: materialidade, apropriação e representação.

O pesquisador tem o papel de discutir não apenas o funcionamento e as práticas pedagógicas da escola, mas também constatar as múltiplas extensões que cercaram sua consolidação, desenvolvimento e implantação.

Dessa forma, as instituições escolares produzem em seu interior uma realidade particularizada. Conforme Magalhães (2004, p. 68), “[...] o processo histórico de institucionalização da escola compreende uma complexificação crescente nos planos material e organizacional”. Sendo assim, a escola é uma instituição educativa dotada de historicidade e identidade e por meio da investigação será possível compreender seu percurso histórico de institucionalização.

As instituições educativas, segundo Magalhães, têm uma estrutura física e uma estrutura administrativa. É, portanto, imprescindível que se estude as duas, pois ambas são importantes para que se possa fazer uma análise de todo o contexto.

Quando se realiza uma pesquisa histórica, todos os aspectos devem ser analisados conforme o problema de pesquisa pré-estabelecido, sem perder de vista as características inerentes à sociedade na qual a instituição está inserida.

A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexificação crescente, pelo que à triangulação entre os históricos anteriores, a memória e o arquivo, se haverá

de contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu estado pedagógico. (MAGALHÃES, 1999, p. 74).

Nesse sentido, propusemo-nos neste estudo analisar uma instituição educativa de nível secundário no município de Goiatuba, o *Ginásio de Goiatuba*. Por meio dos documentos encontrados buscamos compreender como ocorreu a materialidade e sua institucionalização, para que compreendêssemos em quais moldes isso foi feito.

Justino Magalhães relata que as instituições educativas são cultivadas por vários mecanismos que formam seu contexto social e é por meio desses mecanismos que elas se organizam. É necessário conhecer todo o processo histórico, como se dava o seu funcionamento, organização, memórias, tradições para que possamos visualizar esse desenvolvimento e compreender a instituição dentro do todo.

Ao se fazer uma análise de uma instituição, deve-se levar em conta as lembranças, emoções, relações interpessoais, projetos, o espaço arquitetônico e físico. Sendo assim,

[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condições instituintes, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociológica e contexto. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

A pesquisa sobre a história das instituições educativas deve ser interpretativa e não somente descritivo-narrativa, mantendo uma visão ampla referente à história da instituição escolar, envolvendo o todo, interpretando os fatos, contextos e relatos. Sendo assim, Magalhães afirma que as instituições educativas, na sua “dimensão sistêmica”, de forma particular são realidades dentro de uma outra realidade:

As instituições educativas são instâncias organizacionais, se identificam num mesmo processo de institucionalização, tornam-se objeto científico a partir de óticas epistêmicas particulares, mas a sua hermenêutica, ficam mais esclarecidas com base nas análises e narrativas discursivas sobre a genealogia e processo de formação. A historiografia das instituições é uma condição básica para a sua intelecção e tomada de decisões (MAGALHÃES, 2004, p. 62).

A história das instituições educativas, nesse sentido, tem como objetivo expor uma história cheia de detalhes e ao mesmo tempo ampla, não apenas um fragmento da história. Sendo assim, se trata de um processo que abrange várias dimensões humanas, profissionais, relações de poder e de saber e culturais. “[...] são construídas da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória”, com o objetivo de concretizar uma síntese multidimensional (MAGALHÃES, 1998, p. 61).

Os documentos encontrados do *Ginásio de Goiatuba* testemunham os projetos e práticas, e são fundamentais para esta pesquisa, pois é por meio deles que conseguimos

reconstruir a história da instituição. “A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica.” (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Saviani (2007, p. 45) afirma que, ao estudar a história das instituições, o pesquisador constrói o conhecimento do objeto, pois seu objeto, a escola, já existe ou já existiu, ela não é uma construção sua e, sendo assim, o pesquisador tem o papel de reconstruir essa história no plano do pensamento. Escrever a história das instituições educativas possibilita uma ampliação da compreensão da História da Educação, de forma que se relacionam com o todo e não formam uma divisão da Educação.

Justino Magalhães, por sua vez, salienta que, ao se fazer a análise de uma instituição educativa, a escola não deve ser estudada como um fim em si mesma, mas o pesquisador deve constatar as múltiplas dimensões que cercam seu desenvolvimento, implantação e consolidação.

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

De acordo com Vieira (2013, p. 69), são de caráter histórico-documental as pesquisas sobre as instituições escolares, visto se constituírem de análise de fontes e levantamento de dados. “[...] a reconstrução da história das instituições escolares está intimamente relacionada à preservação e à organização dos seus arquivos, por meio dos quais se terá acesso às fontes que possibilitarão a pesquisa e a produção do conhecimento” (VIEIRA, 2013, p. 72).

Segundo Gatti (2002, p. 37), a análise da História das Instituições Educativas tem como objetivo dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, mesmo que essa instituição tenha se modificado no transcorrer dos tempos. Então, quando investigamos uma instituição educativa, estamos investigando o que se passa em seu interior, e assim é gerado um conhecimento a mais desse espaço destinado aos processos institucionais.

O *Ginásio de Goiatuba* se modificou ao longo dos tempos, e toda essa modificação, desde sua criação, desenvolvimento, crises, até os elementos da arquitetura física e os sujeitos, faz parte da descrição do ciclo de vida da instituição.

Dessa forma, a história da instituição, dentro do quadro epistêmico, incide em “[...] integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência” (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

Sendo assim, conforme sua multidimensionalidade e representatividade, a história das instituições educativas se estabeleceu, organizada desta forma:

Educação, instituição, História da Educação são, como se tentou demonstrar ao longo deste volume, instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, cuja representação, nos planos material e simbólico, e abordagem científica desafiam a uma multidimensionalidade e uma multifatorialidade, nos quadros sincrônicos e diacrônicos. (MAGALHÃES, 2004, p. 168).

Quando falamos em instituição educativa, estamos nos referindo a um tema passível de vários estudos, pois envolve uma complexidade interna da ação educativa e representativa e, segundo Novaes (2018, p. 7), é uma temática que abre caminho para a inovação. Conforme Magalhães, precisamos tecer nexos entre educação, história e a instituição, porque “Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projetivas”, lembrando que “[...] não há histórias sem sentido [...] é preciso considerar os acontecimentos, ligá-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis” (MAGALHÃES p. 168-169).

Assim como a História da Educação, a História das Instituições Educativas não se limita a uma abordagem estritamente interna nem a uma apreciação por setores, mas a “[...] proposta de uma abordagem simultaneamente interna e de relação com a comunidade envolvente confere uma identidade histórica, de construção, à ação educativa”. Magalhães (2004, p. 165) compreende que a instituição é atingida pela cultura e pela sociedade. Sendo assim, a instituição educativa em sua totalidade não recusa o plano micro e o plano macro, entretanto ela permeia o desenvolvimento, a educação e a sociedade.

Segundo Novaes (2018, p. 8), a história das instituições educativas agrupa memórias contraditórias e representações, sendo, portanto, uma historiografia estruturada em apropriação e representação, configurando-se como “[...] uma dialética complexa de materialidade, representação, apropriação, confluindo na apropriação por parte dos sujeitos [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 158).

Conforme esse autor, a instituição é um anexo de recursos que outras organizações da sociedade e o Estado usam para sustentar, continuar ou até modificar a estrutura social. Faz-se necessário, então, analisar o relacionamento que a instituição tem com a sua comunidade, pois esse relacionamento pode distanciar ou aproximar.

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro-histórico, por uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceitualização espaciotemporal: o nacional/universal, o regional, o local. É nesse redimensionamento que as abordagens de tipo meso permitem representar com rigor e atualidade a instituição educativa como totalidade, em permanente relação e desenvolvimento. (MAGALHÃES, 2004, p. 134).

Podemos ver que reconstruir a história das instituições educativas tem como objetivo conferir uma identidade própria a cada instituição. que, a história das instituições educativas tem como objetivo formar uma identidade própria de cada instituição. Por meio de sua estrutura, dos atores envolvidos, seu modelo educacional e sua forma de se organizar, arquiteta-se sua identidade. Magalhães (2004), diz que é necessário analisar a “identidade cultural educacional” de uma instituição para que assim se consiga formar a história das instituições educativas:

A História de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexificação crescente, pelo que, à triangulação entre os históricos anteriores, à memória e ao arquivo, se haverá de contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu modelo pedagógico. São múltiplas as virtualidades deste esforço de síntese desta construção orgânica, compreensiva e explicativa, que permite reavaliar toda a análise historiográfica anterior, incluindo o seu sentido hermenêutico, e preparar, de forma estruturada, a síntese final – a história da instituição educativa (MAGALHÃES, 2004, p. 72).

Justino Magalhães (2004, p. 75) afirma que, para fazer a análise de uma instituição, deve-se considerar o todo, não apenas alguns aspectos, como arquitetura, espaço físico. Mas, sim, relevar as relações interpessoais, projetos, lembranças e emoções, que contam e fazem parte da história de sua identidade e importância histórica.

No *Ginásio de Goiatuba* analisamos como ocorreu o processo da iniciativa de criar uma instituição secundarista no município de Goiatuba, como ocorreu sua materialização, funcionamento e em quais moldes isso ocorreu.

No livro *Tecendo Nexos*, podemos compreender que a história das instituições educativas tem por objetivo formar uma identidade única para cada instituição. Em consequência, para se edificar sua identidade são necessários uma estrutura, seu modelo educacional, os atores envolvidos, a forma como foi organizada. Ou seja, para entendermos como determinada instituição educativa funciona é preciso estudar suas particularidades. Sendo assim,

[...] percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos. (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20).

Barros (2006, p. 37) salienta que o objetivo da História das Instituições Educativa é [...] analisar os questionamentos feitos aos modelos diversos de práticas educacionais dentro do sistema educacional. Portanto, investigar e historiar uma instituição educativa possibilitará

explanar questões em relação à sua formação, seu papel enquanto formadora, despertando no pesquisador o desejo de conhecer a história local e o cotidiano social.

As Instituições educativas adotaram, na modernidade, funções de produção e reprodução sociocultural, funções de controle e conformação no nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção.

Compreender o objeto deste estudo, que é o *Ginásio de Goiatuba*, configurado na vigência da Reforma Capanema, demonstra os aspectos sociocultural, político, espaço-temporal, social, assim constituindo um marco na historiografia da instituição. Portanto, veremos no decorrer deste trabalho a tecitura da história do *Ginásio de Goiatuba*, que foi um espaço educativo, lugar de formação de diferentes sujeitos.

1.2 A institucionalização como aspecto da História das instituições educativas

Justino Magalhães adverte que historiar uma instituição é abarcar e explicar os processos e os compromissos sociais como condições instituintes, de regulação e de manutenção normativa, avaliando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Pensando no termo instituição, o autor ressalta que a procura da dinâmica entre o instituído/institucionalização, com a materialidade/processualidade (tempos, estruturas, espaços, regulamentos, organização, pedagogia, currículo); apropriação (identidade, modelo pedagógico, sujeitos, biografias, materiais em aprendizagem, expectativas), representação (agentes, memória, arquivo/historial, estatuto/normativos), este conjunto de fatores provoca a construção historiográfica de modelo e identidade da instituição.

O autor (2004) afirma que “A educação é construção duradoura por referência e por integração, participação, responsabilização, reflexão” (MAGALHÃES, 2004, p. 38). Sendo assim, a instituição envolve processos e mecanismos através dos quais se compõe e organiza as relações institucionais e os poderes instituintes que laboram no marco institucional e também o tipo de relação que a própria instituição mantém com o conjunto social em que atua.

A institucionalização da educação escolar como processo histórico desenvolve-se em

[...] várias fases, culminando no momento em que a realidade educativa deixa de ser pensada na ausência do marco escolar e em que a estrutura escolar apresenta uma internalidade complexa e identitária, associada a uma influência determinante na realidade. Na sua gênese como no seu desenvolvimento, a institucionalização é uma fase num processo evolutivo

mais amplo, que corresponde ao constructo que resulta da função instituinte e que se consolida na instituição. (MAGALHÃES, 2004, p. 39).

Sendo assim, o procedimento de institucionalização de uma instituição passa por um processo que resultará em uma junção do instituinte e que se solidifica na instituição. (MAGALHÃES, 2004, p. 40). No Ginásio de Goiatuba o instituinte foi a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que foi o órgão instituidor do ginásio, pois antes ele era apenas uma ideia de um grupo que criou uma fundação para ir em busca de subsídios para consolidar seu projeto. A fundação construiu o prédio, mas a escola só se materializou com a chegada da CNEG.

Nesse sentido, cada instituição inclui a organização, sedimentação, espaço e sofre transformações na configuração orgânica e material, no modelo pedagógico, no plano sociocultural, no temporal. Dessa forma, quando se refere à educação, o institucional consagra uma funcionalidade e uma materialidade, com base cognitiva, histórica e linguística (MAGALHÃES, 2004, p. 100).

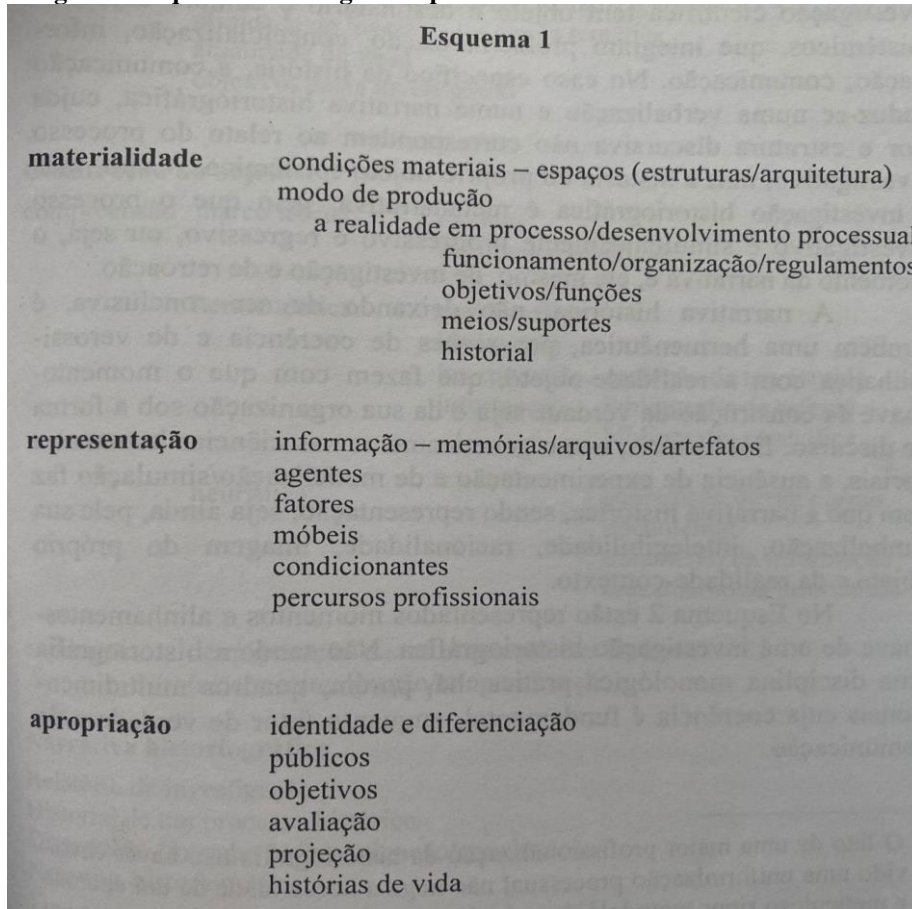
Sendo assim, o processo de institucionalização inclui o espaço, organização, sedimentação e sofre mutações no ideário, no plano temporal, sociocultural, material e orgânico.

O processo de institucionalizar uma instituição educativa é um objeto epistêmico, no qual não existe educação sem ação:

Enquanto objeto epistêmico, as práticas interpretam-se a partir de uma hermenêutica e estão informadas com bases em artefatos, registros verbais e escritos; é o registro que dá a conhecer enquanto processo e construção. A informação sobre as práticas é, por consequência, de natureza discursiva, arquivista e museológica. Não havendo uma correspondência direta entre o saber (o pensar), o dizer e o fazer pedagógicos, a documentação arquivística só indiretamente informa sobre as práticas, sendo possível, não obstante, estabelecer um continuum de progressiva aproximação à realidade educativa (MAGALHÃES, 2004, p. 103).

Por meio da busca documental no arquivo do Ginásio, buscamos compreender o processo de institucionalização do Ginásio de Goiatuba, investigação que só poderá ser tecida por meio da memória e do arquivo. Magalhães salienta que a memória busca justificar a hierarquia e valores e faz um alerta: uma história construída da memória para o arquivo e do arquivo para a memória, o que reproduz um itinerário pedagógico (2004, p. 67). A instituição está à luz de uma heurística e hermenêutica.

Para melhor compreensão, o autor, em seu livro *Tecendo Nexos*, esquematizou sistemas que demonstram seu entendimento a respeito da instituição educativa, dos quais também faz parte o processo de institucionalização da instituição.

Imagem 1: Esquema das categorias operacionais

Fonte: (MAGALHÃES, 2004, p. 97).

O esquema acima direciona e conversa com o processo de historiar uma instituição educativa, o que sustenta a densidade e evolução desse objeto, que é a instituição educativa, e seu processo de existência. Dessa forma, a materialidade é aquilo que é material, algo concreto, ela parte do processo histórico.

A construção da investigação é representada pelas combinatórias hermenêuticas e a evolução institucional ocorre por correlação de uma constelação epistêmica e constituída por materialidade, representação, apropriação, com uma outra de natureza teórico-institucional, composta por instituído, instituinte/institucionalização, instituição (MAGALHÃES, 2004, p. 137).

Segundo Magalhães (2004, p. 139), buscar a construção de um objeto do conhecimento científico envolve, de forma articulada, em marco teórico, uma hermenêutica, uma heurística e uma narrativa. Portanto, é necessário compreender que a instituição possui uma relação epistêmica, constituída por “[...] materialidade, representação, apropriação, instituído, instituinte, institucionalização, instituição” (MAGALHÃES, 2004, p. 139).

Na sua multidimensionalidade e representatividade, a história das instituições educativas se organiza assim:

Educação, instituição, História da Educação são [...] instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, cuja representação, nos planos material e simbólico, e abordagem científica desafiam a uma multidimensionalidade e uma multifatorialidade, nos quadros sincrônicos e diacrônicos (MAGALHÃES, 2004, p. 168).

Resta buscar compreender como ocorreu a institucionalização do Ginásio de Goiatuba, que foi e é uma instituição educativa, enquanto totalidade epistêmica, buscando “Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projetivas” (Magalhães, 2004, p. 168), e lembrando que “[...] não há histórias sem sentido [...] é preciso considerar os acontecimentos, ligá-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis”. (Magalhães, 2004, p. 169).

1.3 História local

No que se refere à história da educação em Portugal e Brasil, quer as instituições educativas, quer os municípios pedagógicos são estruturantes da história local e são instâncias fundamentais na mediação entre a história local e a história nacional.

Cavalcanti (2018, p. 275) atribui alguns sentidos à palavra “local”, que, etimologicamente, nos leva ao latim *localis*. Já em sua grafia apresenta um conceito polissêmico. No dicionário Aurélio, a palavra consta como sinônimo de “lugar”. Portanto, é atribuído um sentido relativo “a determinado lugar”. Ou seja, local e lugar estão interligados e são indissociáveis. Dessa forma, ao falarmos de local, estamos falando também de espaço.

Segundo José Ítalo Bezerra Viana (2016, p. 13), a história local não é um acumulado de datas e fatos.

Na narrativa histórica que toma o lugar como objeto e referência do conhecimento, o adjetivo local é relativo à circunscrição de um lugar que pode ser associado a diversas configurações. Assim, é possível estabelecer o local tanto como um lugar político-administrativo (município, bairro, distrito) quanto uma aldeia indígena ou até mesmo uma instituição (escola, hospital, fábrica). Nesse sentido, o local é mais que o recorte de uma unidade. Ele é um lugar de sociabilidade onde o conjunto de experiências dos sujeitos individuais e coletivos se desenvolve em relação de complementaridade, favorecendo o diálogo entre o passado, presente e futuro (VIANA, 2016, p. 44).

Por fim, há que se criar o próprio entendimento do que venha a ser essa história local, considerando que “[...] o regional emerge do local tal qual o nacional surge do regional e o continental do nacional como o mundial do continental” (Freire, 1999, p. 87), já que, com toda

certeza, a dimensão local não irá encontrar ressonância em manuais, apostilas ou livros didáticos descaracterizados e disformes. Isto porque não concebem a real existência de todos os sujeitos históricos tendo em vista suas singularidades:

A história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. Isto é, embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdo dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles, quase sempre ocultos e invisíveis. (...) A história local é certamente um momento da História, mas momento no sentido de expressão particular e localizada das contradições históricas. (...) É no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da História (MARTINS, 2000, p. 132).

Justino Magalhães (2018, p. 42) diz que o local e a instituição educativa possuem uma inter-relação, a instituição compõe o local e o local torna-se instituição. O tempo e o espaço se gerem por modos distintos. O local emerge por meio da meso-abordagem. Historiar o espaço da educação é reconstruir um processo sociocultural de formação, construção, mediatização, o qual marcou os destinos, planos institucional, organizacional, social e individual.

Conforme Magalhães (2009, p. 2), é sobre uma epistemologia centrada no local que a instituição educativa ganha estatuto histórico e científico. Deste modo o autor designa o que é local:

No plano histórico, a resposta, ainda que sumária a esta questão envolve uma dialéctica entre os conceitos: autarquia e descentralização. O termo autarquia é de divulgação recente e traduz o reconhecimento de uma determinada instância, ou de um determinado poder se bastarem a si mesmos. Essa autarquia, que se faz sentir em aspectos geográficos, demográficos, económicos, políticos, não constitui apenas uma manifestação de auto-suficiência, resultante de um fenómeno e de um processo de transferência ou de descentralização de efectivos, mas corresponde e efectiva-se enquanto processo total-integrado, pelo que implica um sentido autónómico. Tal sentido autónómico para além de uma singularidade, uma unicidade e uma identidade, a que corresponde um espaço histórico-geográfico com contornos definidos, envolve uma auto-suficiência económica, judicial e de soberania que permitam a satisfação das necessidades, requisitos e condições básicas para a fruição de direitos e capacidades, sem dependência directa de terceiros. (MAGALHÃES, 2009, p. 2).

Dessa forma, o autor diz que existe uma autarquia e integridade, as quais fazem parte constitutiva do local histórico, que fazem parte do processo de autonomização. A história local ultrapassa os limites do município e se integra à história geral, não apenas como um dado disperso, mas como parte de um todo mais complexo.

No campo da historiografia, Revel (1998) questiona como agem os historiadores quando fazem história local:

Ora, quando os historiadores elegem o local para refletir sobre diversos aspectos da vida social, eles reduzem a escala de observação com a intenção

de produzir efeitos de conhecimento que visam, na forma narrativa, dizer algo sobre esses lugares particulares e únicos, conforme afirmação do historiador francês (REVEL, 1998, p. 158).

Viana (2016, p. 23) diz que a análise da história local permite entender as modulações diferentes que configuram as relações entre indivíduos, instituições e grupos. Desse modo, o aspecto de produção do conhecimento histórico por meio do local beneficia a observação do particular e se estabelece como campo privilegiado para construir a narrativa histórica em diferentes versões.

CAPÍTULO 2 – A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

Este segundo capítulo tem como objetivo discutir a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que foi o instituinte do Ginásio de Goiatuba. É um capítulo importante para que compreendamos a Campanha, suas ações, objetivos, organização.

Nele é abordada a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sua trajetória e mudanças, como ocorreu seu processo de expansão. Particularmente sua expansão no Estado de Goiás e qual o intuito de criar um ginásio no município de Goiatuba.

2.1 O que foi a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), nomenclatura utilizada durante o período pesquisado, se iniciou em 1943², tendo sido idealizada por Felipe Tiago³ Gomes. A campanha passou por grandes transformações e algumas delas ocorreram em sua designação, pois se iniciou com o nome de Campanha do Ginasiano Pobre (CGP). De acordo com o livro *Felipe Thiago Gomes – A Campanha*, publicado em 2018, a Campanha foi criada na cidade de Recife pelo paraibano da cidade de Picuí, Felipe Tiago Gomes, com a ideia de lançar uma campanha em que a educação fosse o norte para realizar a revolução social (MACEDO, 2018, p. 37).

Felipe Tiago Gomes encontrou dificuldades para terminar seus estudos e, segundo Giselle Macedo (2018, p. 37), ele não aceitava a ideia de que o ensino fosse voltado para as elites. De acordo com Silvaniza Maria Vieira Ferrer (2010, p. 134), o estudante secundarista teve a ideia de iniciar a campanha após conhecer o livro *O drama da América Latina*, do peruano Haya de la Torre, que criou escolas gratuitas de alfabetização para índios peruanos, o que Felipe Tiago tomou como modelo e inspiração para sua campanha no Brasil.

Após o conhecimento do modelo desenvolvido por Haya de la Torre, o estudante secundarista Felipe Tiago chamou um grupo de amigos e relatou sua ideia de criar um ginásio gratuito para jovens carentes, ideia que foi aceita e acabou repercutindo por todo o Brasil.

² 1943 foi o ano em que a Campanha se iniciou. Informação contida no Livro “Felipe Tiago Gomes - A Campanha”, extraída da primeira Ata da primeira reunião. Infelizmente não conseguimos acesso a essa Ata.

³ Felipe Tiago Gomes nasceu em 1º de maio de 1921, no Sítio Barra do Pedro, Município de Picuí, na Paraíba. Em 1943, fundou a Campanha do Ginasiano Pobre, célula embrionária da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1944. Em 1946 foi nomeado Prefeito de Picuí. Formou-se Bacharel em Direito em 1948, dois anos depois tornou-se integrante da Campanha de Erradicação do Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro e organizou o Movimento Popular de Alfabetização, em 1951. Disponível em: <http://www.cneg.br/site2/php/instituicao.php?item=4>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

(Ferrer, 2010, p. 135). A Campanha se iniciou com um grupo de cinco ginasianos, nordestinos de diferentes localidades, mas com um único objetivo. Segundo Daisy Laraine Moraes de Assis (2005)

[...] cientes da injusta desigualdade de acesso à escola secundária e vivenciando um clima de contestação do regime autoritário brasileiro, lançaram-se à firme tarefa de construir um ginásio para aqueles que não tinham e não podiam arcar com o ônus das mensalidades escolares. Iniciaram uma campanha para a criação de educandários gratuitos que deveriam ser espalhados por todo o país. (ASSIS, 2005, p. 41).

A primeira convocação para a reunião com os membros fundadores da Campanha, feita por Felipe Tiago, ocorreu no dia 29 de julho de 1943 às 9h, no terraço do 2º andar da Casa do Estudante em Pernambuco, no Derby, bairro residencial de Recife. (MACEDO, 2018, p. 38). Nesse encontro oficialmente a Campanha foi criada, tratando das finalidades, motivos e objetivos. Na mesma reunião decidiram que o nome que justificava o propósito do movimento seria Campanha do Ginasiano Pobre (CGP), com a finalidade de abrir ginásios gratuitos para os estudantes de classe baixa.

A campanha necessitava se expandir e ganhou a confiança da população de Recife. O grupo, então composto por Felipe Tiago Gomes e seus amigos Florisval Silvestre Neto, Carlos Luis de Andrade, Eurico José Cadengue e Joel Pontes, foi às ruas no dia Sete de Setembro, durante o desfile das escolas e das Forças Armadas, para distribuir um panfleto convidando a juventude a participar do movimento (ASSIS, 2005, p. 134).

Segundo Macedo (2018, p. 49), “[...] em tom político, o panfleto incitava o povo a fazer a revolução pela educação, mostrando o engajamento da Campanha desde os seus primórdios”. De acordo com Macedo (2018), os jovens falavam

Do moço pobre, sem dinheiro para a matrícula, para a farda e para a compra de livros. Do jovem, nosso patrício, que também tem inteligência e não tem meios. Que tem vontade e não pode. Que quer estudar e não tem dinheiro. Formai em nossa fileira. Adotai o nosso lema e dizei conosco: ‘Queremos fundar um ginásio para o moço pobre’. (MACEDO, 2018, p. 41).

Em 1943, no dia 30 de agosto, foi às ruas o primeiro jornal contendo informações sobre a Campanha, com o objetivo de informar a população sobre ela e seus objetivos. Pela grande proporção que a divulgação tomou, a Campanha foi ganhando espaço, encantando escritores, artistas, membros da igreja, que ajudaram e contribuíram para a sua visibilidade. (Gomes, 1989, p. 77).

A Campanha do Ginasiano Pobre, como aponta Ronalda Barreto Silva (2001, p. 48), foi fundada durante um período de grandes transformações políticas, sociais e econômicas em que, “[...] estando os centros de decisões políticas sob o controle das elites ligadas à indústria,

buscou-se enfraquecer o poder das oligarquias no campo, através das campanhas de massa a favor da educação popular” (SILVA, 2001, p. 97). Ao longo dos anos, essa conjuntura do início da campanha foi se modificando e ganhando novos rumos.

De acordo com Macedo (2018, p. 48), um ano após a fundação da Campanha do Ginásio Pobre, Felipe Tiago Gomes solicitou a realização de uma missa no Colégio Salesiano e, no mesmo dia, foi realizada uma Sessão Solene no Gabinete Português de Leitura. Foi durante essa Solenidade que o grupo escolheu o nome do primeiro ginásio fundado pela Campanha.

Durante a celebração também foi escolhido o nome do primeiro ginásio, cujo curso de admissão já estava funcionando na sede do Sindicato dos Contabilistas. Por unanimidade, resolveram homenagear o grande poeta social Castro Alves, e assim nasceu oficialmente o Ginásio Castro Alves. (MACEDO, 2018, p. 49).

O Ginásio Castro Alves foi, portanto, iniciativa do grupo de estudantes universitários formado por Joel Pontes, Eurico José Cadengue, Carlos Luís de Andrade, Florisval Silvestre Neto, todos eles liderados por Felipe Tiago Gomes, com o ideal de ajudar o estudante secundarista.

Era o ano de 1943. E ele, Felipe Tiago Gomes, que conhecia na própria carne o drama do estudante pobre, do jovem que quer estudar e não pode, teve uma ideia: [...] criar-se uma instituição [...] que oferecesse aos moços pobres possibilidades de obter conhecimentos capazes de vencer os obstáculos naturais, existentes numa sociedade [...]. (GOMES, 1973, p. 8).

Segundo Ivanildo Coelho Holanda (1981, p. 21), no primeiro ano de funcionamento da Campanha houve dias difíceis: os alunos do Curso de Admissão Ginásial gratuito assistiam aula de pé e a grande maioria, constituída de operários, assistia às aulas que eram ministradas no Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco. Após um ano de funcionamento, o Ginásio Castro Alves foi instalado na cidade de Recife-PE. A luta para a Campanha ser reconhecida pela legislação da educação foi árdua e somente em 1946 obtiveram êxito. Foi nesse mesmo ano que houve mais uma mudança em seu nome, que passou a ser *Campanha dos Ginásios Populares*. De acordo com Macedo (2018), a justificativa da mudança era que

O primeiro nome remetia a um trabalho mais sentimental do que ideológico. Além disso, o novo nome estava mais em sintonia com a essência da Campanha, idealizada a partir da união de esforços e apoiada na luta popular pelo direito ao ensino (MACEDO, 2018, p. 64).

De acordo com Souza (2017, p. 51), o objetivo dos fundadores era fortalecê-la e difundi-la nas diversas regiões, pois julgavam necessário levar sua mensagem por todo o Brasil. Em 1948, Felipe Tiago fez várias viagens por todo o país divulgando-a e mostrando a importância da interiorização do ensino e da criação dos ginásios gratuitos.

Foi também no ano de 1948 que aconteceu o *I Congresso Nacional da Campanha de Educandários Gratuitos*, no qual foi elaborado o Estatuto da Campanha em âmbito nacional. No mesmo ano, o Estatuto da Campanha foi aprovado e houve mais uma mudança em seu nome, passando a se chamar *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* (CNEG), que era uma sociedade civil na cidade do Rio de Janeiro, com ação em todo o território nacional (Holanda, 1981, p. 35).

Holanda (1981, p. 37) relata que a Campanha, conforme consta no Estatuto, contava com a colaboração do Ministério da Educação e dos órgãos estaduais, dos quais recebeu orientação e fornecimento de material gratuito às classes não privilegiadas economicamente.

A *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*, juridicamente, passou a ser uma sociedade civil, sendo composta por três categorias de sócios:

Os sócios fundadores; os sócios efetivos (corpo docente, diretores dos educandários e de departamentos); e os sócios contribuintes (os que contribuía monetariamente). Os sócios honorários seriam escolhidos exclusivamente pela diretoria por terem prestado serviços relevantes à Campanha. (MACEDO, 2018, p. 74).

Segundo Vermelho e Pontes (1984, p. 54), poderia contribuir qualquer cidadão do bem e de boa vontade, ajudando a abrir as portas para o Ensino secundário, que, desta forma, deixaria de ser um privilégio somente para alguns.

De acordo com Naves (2013, p. 78), a *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* surgiu primeiramente com o nome de Campanha do Ginásio Pobre, posteriormente passou a ser chamada de Campanha dos Ginásios Populares. Houve mudanças significativas na designação e passou a ser Campanha dos Educandários Gratuitos, posteriormente Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e, por último, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC), mais conhecida por ser uma instituição mantenedora dos colégios Cenegistas⁴. Gomes (1980) explica as causas de algumas mudanças:

Inicialmente era o movimento denominado de Campanha do Ginásio Pobre. Surgiram várias sugestões para a mudança do nome. "Esse nome é deprimente", diziam uns. Resolvemos, então, mudá-lo para Campanha dos Ginásios Populares. O Partido Comunista estava no apogeu: havia eleito uma bancada respeitável de deputados federais e o seu líder conseguiu tornar-se senador pelo antigo Distrito Federal. A Campanha dos Ginásios Populares parecia, naquela época, para alguns, que se tratava de uma obra comunista. A palavra "popular" era propriedade do referido partido. Os diretores da Campanha, por via das dúvidas, resolveram mudar o nome da organização para Campanha dos Educandários Gratuitos (GOMES, 1980, p. 56).

⁴ Os colégios cenegistas se caracterizavam por um modelo de escola que se situava entre a escola pública e a particular, consolidava-se como a escola da comunidade, como fruto dos impulsos de ordem filosófica e sociológica, e dos anseios do grupo fundador da Campanha.

Souza destaca que o objetivo da Campanha era oferecer ensino gratuito a jovens estudantes sem condições financeiras e, posteriormente, poder cobrar uma mensalidade acessível a todos que desejassem cursar o ensino secundário no Brasil. (2017, p. 28).

De acordo com Nunes (1988, p. 31), a filosofia que a Campanha adotou era de popularizar a educação, sendo então o ponto de partida para a educação popular no Brasil:

[...] a Campanha consistia acima de tudo em popularizar a educação. Era uma campanha que visava fornecer ao alunado pobre os instrumentos básicos com os quais ele poderia educar-se, e atingir a sua plena maturidade espiritual e intelectual. A Campanha foi, portanto, o ponto de partida da chamada educação popular no Brasil. Ela representa o marco dessa conquista de todo país civilizado, ou seja, a extensão da educação básica às camadas mais representativas da sociedade brasileira. (1988, p. 32).

Segundo Souza (2017, p. 47), os princípios da CNEG eram baseados na solidariedade entre os homens, tendo como propósito resolver os problemas educacionais no Brasil, pois os jovens pobres não tinham acesso aos Ginásios, defendendo que, por meio dos Ginásios gratuitos criados pela Campanha, todos teriam a oportunidade de se formar, de se tornar cidadãos participativos da sociedade.

Para compreender melhor a constituição organizacional da CNEG, Vermelho e Pontes (1984) especificam:

- a) Setores Municipais.
- b) Secções Estaduais.
- c) Administração Nacional.

O Setor Municipal da CNEG é condição essencial para que um Município possa contar com um estabelecimento da Campanha.

Ao Setor Municipal cabe inteira responsabilidade pela existência e manutenção do educandário que criar e, para que possa realizar o máximo proveito, compete-lhe agir com autonomia na sua própria organização administrativa, tomando todas as medidas necessárias ao progresso do Movimento.

A Seção Estadual tem, além da Diretoria, um Conselho que sugere, aprecia e supervisiona o Movimento em todo o Estado, para que haja uma certa unidade de princípios e resultados.

A Administração Nacional constitui-se de

- a) Congresso Nacional.
- b) Diretoria Nacional.
- c) Conselho Fiscal.
- d) Conselho Consultivo.

O Congresso Nacional, que se reúne anualmente, no mês de julho, é o órgão soberano da CNEG, apreciando e resolvendo sobre todos os assuntos, direta ou indiretamente ligados ao Movimento.

O patrimônio da CNEG será constituído dos bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir no território nacional. Suas rendas são provenientes das subvenções federais, estaduais ou municipais, auxílios, donativos e contribuições sociais (VERMELHO; PONTES, 1984, p. 37).

Sendo assim, essas bases acima citadas sustentaram a CNEG, uma instituição sem fins lucrativos, particular, cujo objetivo era solidificar a democratização do Ensino Secundário para a classe menos favorecida, que não tinha condições de ter acesso a esse tipo de ensino, até então voltado para a elite. Dessa forma, vale ressaltar os fins da Campanha: abrir portas e dar oportunidade para aqueles jovens sem condições financeiras para completar o ensino secundário. (Souza, 2017, p. 50).

Após muitas lutas da Campanha e seu reconhecimento, ela desenvolveu uma teia de influências inserida nos poderes da República, Assis destaca que:

Assim, a ação da CNEG, no sentido de garantir o processo de implantação dos educandários "gratuitos", deveria estar vinculada a estratégias de aproximação com as autoridades locais, estaduais e nacionais, juntamente com uma política voltada para a adesão de toda a comunidade ao movimento. Normalmente as pessoas envolvidas nesse processo eram juízes, políticos, religiosos, professores, e pessoas influentes na comunidade. (2005, p. 72).

O final dos anos de 1940 foi marcado por mais uma vitória da Campanha com a abertura de diretorias municipais da CNEG em: Maués-AM; Belém-PA; Grajaú-MA; Sertânea-PE; Goiânia-GO, Inhumas-GO, Vianópolis-GO, Paraúna-GO; Campo Grande-MT; Santa Teresa-ES, São Mateus-ES; Princesa Isabel-PB, Picuí-PB, Monteiro-PB, Bananeiras-PB; São José da Laje-AL, Pilar-AL, Santana do Ipanema-AL e Arapiraca-AL. (Macedo 2008, p. 90).

Em julho de 1969 aconteceu mais um Congresso da Campanha no Rio de Janeiro e, durante o XIII Congresso Ordinário, foram revisados seus princípios. A responsabilidade de manutenção das unidades de ensino foi assumida pelos Setores locais e, em consequência disso, houve mais uma mudança em seu nome, pois a expressão utilizada pela Campanha – “educandários gratuitos” – não condizia com a realidade. Sendo assim, passou a se chamar *Campanha Nacional de Escolas da Comunidade* (CNEC). Dessa forma, o tom paternalista que a palavra gratuita fazia ecoar deixaria de existir. (Holanda, 1981, p. 49).

2.2 A CNEG no Estado de Goiás

A *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* surgiu com um caráter humanístico e solidário, tendo por objetivo a melhoria da educação nacional, conforme consta no artigo 3 do capítulo II do Estatuto da CNEG, designado como – “Das finalidades”:

A CNEG, inspirada nos princípios cristãos de solidariedade humana e tendo em vista que a educação nacional exige a convergência da ação das forças vivas do País, com o apoio e a ajuda dos Poderes Públicos, para tornar-se acessível a todos os brasileiros (CNEG, 1961, p. 3-4).

Conforme Astofe (2018, p. 133), a Campanha se espalhou por todo o território nacional e permaneceu em diversas localidades. Dessa forma, foi instituído um ginásio gratuito em cada canto do país, o que significa que o Brasil descobriu a si mesmo, tomando o lugar que lhe incumbe no contrato das Nações e firmando sua consciência. (BRASIL, 1954, p. 3).

Naves (2013, p. 80) assinala que o que levou a Campanha a se expandir foi o apoio do poder público, por meio de recursos federais, permitindo a criação, de forma rápida, de escolas cenevistas entre os anos de 1950 e 1960. Segundo ele,

Nota-se que a atuação da CNEG no início dos anos 1950 se estendia por alguns estados brasileiros, mas, em especial, nas regiões mais periféricas do país. [...] eram: 02 escolas em Pernambuco, 03 no Amazonas, 06 na Paraíba, 01 no Rio de Janeiro, 01 no Paraná, 05 em Alagoas, 01 no Pará, 02 no Espírito Santo, 01 no Distrito Federal, 02 no Mato Grosso, 05 em Goiás, 01 no Maranhão, 01 no Rio Grande do Sul, além das escolas primárias da Escola Politécnica de São Paulo, para as quais a fonte não relata a quantidade (NAVES, 2013, p. 81).

Conforme Naves (2013, p. 79) pontua, no ano de 1951 a Campanha Nacional de Educandários tinha vínculo com 32 instituições escolares no Brasil, o que avançou nos anos seguintes, triplicando o número delas.

No quadro 2 estão os dados do ano de 1951 elencando as instituições abertas por ela em cada região brasileira.

Quadro 2 - Instituições Escolares no Brasil vinculadas à CNEG em 1951

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SULDESTE
ESCOLA-ESTADO	ESCOLA-ESTADO	ESCOLA-ESTADO	ESCOLA-ESTADO	ESCOLA-ESTADO
Ginásio Coari Coari-AM	Ginásio Castro Alves Recife-PE	Ginásio N. S. dos Navegantes- DF(RJ)	Ginásio João Cândido Curitiba-PR	Ginásio Felisberto de Carvalho Niterói-RJ
Ginásio de Ajuricaba Manaus-AM	Ginásio Castro Pinto João Pessoa-PB	Ginásio Barão do Rio Branco Campo Grande-MT	Escola Paulo Hoeck Rosário-RS	Escolas primárias do Grêmio Politécnico da Escola Politécnica São Paulo-SP
Ginásio de Maués Maués-AM	Colégio Guido de Fongaland Maceió-AL	Ginásio Professor Ferreira Goiânia-GO		Ginásio Teresense Santa Teresa-ES
Ginásio Abraão Levi em Belém, Estado do Para Belém-PA	Ginásio de Monteiro Monteiro-PB	Ginásio Armino Gomes Vianópolis-GO		Ginásio São Mateus São Mateus-ES
	Ginásio N. S. do Bom Conselho Princesa Isabel-PB	Ginásio Otaviano de Moraes Paraúna-GO		
	Ginásio Epitácio Pessoa Picuí-PB	Ginásio de Inhumas Inhumas-GO		
	Ginásio Mauro Luna	Ginásio Nestório Ribeiro Jataí-GO		

	Campina Grande-PB			
	Ginásio Alcides Bezerra Bananeira-PB	Ginásio Bela Vista Bela Vista-MT		
	Ginásio São José São José da Laje-AL			
	Ginásio N. S. do Pilar Pilar-AL			
	Ginásio Santana Santana do Ipanema-AL			
	Ginásio N. S. do Bom Conselho Arapiraca-AL			
-	Ginásio Gomes de Sousa / Grajaú-MA	-	-	-
-	Ginásio Olavo Bilac / Sertânia-PE	-	-	-

Fonte: Lei n. 1.490 B de 11 de dezembro de 1951. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1490.htm

Como se pode ver no quadro 2, a Campanha se espalhou por vários estados. Em São Paulo, eram as Escolas Politécnicas, porém não foi explicitada a quantidade. Já no Rio Grande do Sul havia uma; no Maranhão, uma; no Mato Grosso, Pernambuco e Espírito Santo, duas; no Distrito Federal, Pará, Paraná e Rio de Janeiro, uma. Os Estados com maior expansão foram o Amazonas, com três; Paraíba, cinco; Alagoas, cinco e Goiás, cinco.

O Estado de Goiás foi um dos que mais se desenvolveu durante os anos de 1950 a 1960, após terem sido criados, no ano de 1949, os primeiros educandários com vínculo à CNEG.

Bretas (1991) destaca que:

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos inicia sua ação neste Estado, fundando na Capital o Ginásio Professor Ferreira, localizado no Setor Sul da cidade. Depois deste, em muitos municípios goianos fundou outros, preferencialmente onde não havia estabelecimentos de ensino secundário. O interesse dos municípios por esses educandários tornou-se grande, por ser a maneira mais rápida e viável de obter seu ginásio que, para os municípios menos desenvolvidos, representava um notável progresso (BRETAS, 1991, p. 60).

Segundo o mesmo autor, para fundar um ginásio, alguns municípios do estado de Goiás utilizaram essa via mais rápida e fácil, que era estabelecer uma vinculação com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Em 1959 havia treze instituições escolares pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Estado de Goiás, o que representa um aumento de oito delas em relação ao ano de 1951. Entre as treze está o Ginásio de Goiatuba, fundado por um grupo de pessoas e, logo em seguida, transferido para a CNEG.

Quadro 3 - Instituições Escolares vinculadas à CNEG no Estado de Goiás em 1959

Instituição	Localização
Ginásio Armindo Gomes	Vianópolis
Ginásio de Buriti Alegre	Buriti Alegre
Ginásio de Corumbá	Corumbá
Ginásio de Goiatuba	Goiatuba
Ginásio de Inhumas	Inhumas
Ginásio de Palmeiras	Palmeiras
Ginásio Otaviano de Moraes	Paraúna
Ginásio de Pontalina	Pontalina
Ginásio Professor Ferreira	Goiânia
Ginásio Bela Vista	Bela Vista de Goiás
Ginásio Emanuel	Tenda do Caminho
Ginásio Rui Barbosa	Rialma
Ginásio São Sebastião	Palmeiras de Goiás

Fonte: Relação dos educandários da CNEG beneficiados no orçamento da união.

Como mostra o quadro 3, houve um aumento de oito instituições, que contribuíram para o aumento de vagas nas escolas que ofertavam o Ensino Secundário no estado de Goiás, incluindo o Ginásio de Goiatuba. Segundo Naves (2013), um dos motivos que contribuíram para o aumento de vagas foi o período de governo de José Feliciano Ferreira e Mauro Borges Teixeira, juntamente com a atuação da CNEG no estado de Goiás.

Naves (2013, p. 82) salienta outro fato que contribuiu para a expansão da campanha no estado de Goiás: o então governador Mauro Borges Teixeira fez parte e foi presidente de honra da CNEG em Goiás. Foi durante o seu governo que se desenvolveu a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, privilegiando o campo educacional para o Ensino Técnico. Percebe-se que, durante o governo de Juscelino Kubitschek,

Diferentemente, portanto, do que ocorrera na década de 1920, o nacionalismo desenvolvimentista assumiu conotações de uma ideologia de esquerda. Até o breve governo de Jânio Quadros, portanto, até 1961, a visão ideológica caracterizava-se dominante como progressista, industrialista, modernizadora, correspondente, portanto, a uma burguesia que se queria esclarecida. O clima do nacionalismo desenvolvimentista irradiou-se por toda a sociedade brasileira ao longo da década de 1950 e nos primeiros anos da década seguinte, penetrando, portanto, também na educação (SAVIANI, 2008, p. 313).

O quadro 4, a seguir, apresenta os ginásios vinculados à CNEG, seus respectivos municípios, os repasses feitos a essas instituições, referentes aos benefícios enviados pelo orçamento da União em 1959, além das respectivas rubricas:

Quadro 4 - Estabelecimentos da CNEG, no estado de Goiás, beneficiados no orçamento da União - Exercício 1959.

INSTITUIÇÃO	LOCAL	F. N. E. M.	EXTRAORD.	ORDIN.
Ginásio Armindo Gomes	Vianópolis	250.000,00 Cr \$	100.000,00 Cr \$	200.000,00 Cr \$
Ginásio de Buriti Alegre	Buriti Alegre	100.000,00 Cr \$	250.000,00 Cr \$	-
Ginásio de Corumbá	Corumbá	-	200.000,00 Cr \$	-

Ginásio de Goiátuba	Goiatuba	100.000,00 Cr \$	-	-
Ginásio de Inhumas	Inhumas	10.000,00 Cr \$	-	75.000,00 Cr \$
Ginásio de Palmeiras	Palmeiras	100.000,00 Cr \$	-	-
Ginásio Otaviano de Moraes	Paraúna	300.000,00 Cr \$	-	75.000,00 Cr \$
Ginásio de Pontalina	Pontalina	100.000,00 Cr \$	-	-
Ginásio Professor Ferreira	Goiânia	100.000,00 Cr \$	50.000,00 Cr \$	50.000,00 Cr \$
Ginásio Bela Vista	Bela Vista de Goiás	-	150.000,00 Cr \$	-
Ginásio Emanuel	Tenda do Caminho	-	50.000,00 Cr \$	-
Ginásio Rui Barbosa	Rialma	-	75.000,00 Cr \$	-
Ginásio São Sebastião	Palmeiras de Goiás	-	150.000,00 Cr \$	-

Fonte: Relação dos educandários da CNEG beneficiados no orçamento da União.

Outro fator contribuinte para a expansão da CNEG, segundo Naves (2013, p. 86), foi a teia de influências que a Campanha desenvolveu, pois dela faziam parte pessoas da República de todos os poderes. Assis destaca que:

Assim, a ação da CNEG, no sentido de garantir o processo de implantação dos educandários "gratuitos", deveria estar vinculada a estratégias de aproximação com as autoridades locais, estaduais e nacionais, juntamente com uma política voltada para a adesão de toda a comunidade ao movimento. Normalmente as pessoas envolvidas nesse processo eram juízes, políticos, religiosos, professores, e pessoas influentes na comunidade. (ASSIS, 2005, p. 72).

Vale rememorar que a criação do Setor da CNEG em Goiátuba, assim como a do Ginásio de Goiátuba, contou com pessoas da elite local, tais como empresários, políticos e professores.

Naves (2013, p. 85) discorre que a capacidade de inserção e adaptação do poder, que independia de cada região, de cada país, conforme sua ideologia predominante, ofereceu à CNEG um status relevante, que representa o “[...] o mais expressivo movimento de educação comunitária existente na América latina”. De acordo com Assis,

[...] as lideranças políticas locais ao defenderem a mobilização da comunidade em torno da causa cenegista beneficiavam-se do movimento em torno da democratização do ensino, à medida que conseguiam obter maior visibilidade política ao projetarem suas ações, em decorrência da adesão da população ao movimento, diante das possibilidades visualizadas com acesso ao ensino secundário. Principalmente com a difusão do ideário desenvolvimentista presente na época, fator que contribuiu para que ocorresse o fortalecimento do setor privado no campo do ensino no Brasil.

Todavia, mesmo com todas as polêmicas em torno da questão educacional, a Campanha continuava expandindo a sua atuação em todo o país, com a implantação dos educandários, auxiliado por verbas públicas. (ASSIS, 2005, p. 70-71).

Nos anos de 1960, segundo Naves (2013, p. 86), continuou crescendo o número de instituições ligadas à CNEG em Goiás, muitas delas ligadas a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), que, de acordo com Saviani (2008, p. 308), foi

“Criada pelo Decreto n. 34.638, de 17 de novembro de 1953, tendo como objetivo central a elevação no nível e a expansão do ensino secundário no país.” Outro fato foi a política desenvolvimentista instituída por Juscelino Kubitschek, em que estava inserida a transferência da Capital Federal para o Estado de Goiás.

Mais um fator que contribuiu para o fortalecimento da Campanha durante os anos de 1950 e 1960: o apoio que Sarah Lemos Kubitschek deu a essas instituições, tendo assumido a presidência nacional da Campanha durante os anos de 1956 a 1957 e continuando como presidente de honra no biênio consequente. (Naves, 2013, p. 37).

2.3 A expansão dos Ginásios em Goiás

Conforme Barros (2021), no Brasil, o ensino secundário se limitou ao Colégio Pedro II, que foi o estabelecimento modelo do ensino secundário das Províncias. De acordo com a autora, em Goiás, no século XIX, ocorreu a criação da primeira instituição de ensino secundário, o Lyceu de Goiás:

Lei n. 9, de 20/06/1846 e instalado em 23/02/1847, na capital de Goiás. Trata-se de uma instituição educativa centenária, criada na Província de Goyaz em um momento de situação diferenciada, em se tratando de perspectivas de desenvolvimento local e regional; também foi, entre as principais instituições de ensino secundário no Brasil, uma que se destacou pela organização e objetivos de elitização deste ensino no país. (BARROS, 2012, p. 17).

O Lyceu de Goyaz foi a instituição formadora da elite e do intelectual goiano, tendo sido durante muito tempo a única instituição de ensino secundário do estado responsável pela formação dos jovens goianos.

Barros (2021, p. 309) afirma que a região Centro-Oeste em Goiás estava fora do centro de movimentação da política nacional e, como outras na mesma situação, por um mecanismo de defesa, criava suas próprias formas de organização social e política. Dessa forma, não somente em Goiás, mas em diversas regiões, o ensino secundário era usado pelos governantes como instrumento político e social.

No ano de 1955, a presidência do Brasil foi assumida por Juscelino Kubitschek, que instituiu Plano de Metas, com o total de 31 objetivos, dos quais apenas um era voltado à educação. Conforme Cunha, Goés (2002, p. 12), ao final do governo de Juscelino houve a discussão em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De 1946 a 1961, a educação, primordialmente a educação secundária, permaneceu submetida à Reforma Capanema, mas com alterações feitas pelo Ministério da Educação.

Barros (2021, p. 315) salienta que, durante o período que precedeu a publicação da LDB 4.024/61, a sociedade se tornou ainda mais elitista, provocando um distanciamento maior entre elite e a massa, portanto, em Goiás, as instituições continuaram com seus objetivos de elevar a juventude ao saber, mas ainda com a finalidade de formadora da elite.

Os anos de 1945 até 1969, segundo Barros (2021, p. 316), foram um período conturbado para a política brasileira. Passaram pelo Ministério da Educação vinte e três ministros e foi proposto pelo Decreto-Lei n. 8.535 de 02/01/1946 que todas as Diretorias de Ensino fossem subordinadas ao Ministério da Educação.

A criação de instituições no estado de Goiás ficou em grande parte sob a responsabilidade da Igreja Católica, que iniciava o processo em prédios alugados e só depois era materializada a instituição. Exemplo dessas instituições em Goiás foi o Ginásio de Morrinhos, na Região Sudeste do Estado. (BARROS, 2021, p. 317).

Naves (2013, p. 48) salienta que, antes da década de 1930, Goiás era carente de investimentos de todas as ordens para a implantação e expansão do Ensino Secundário, cenário que somente começou a se modificar alguns anos depois.

Essas instituições, a princípio, segundo Barros (2021), foram

Criadas em pontos estratégicos do Estado de Goiás, que no período ainda tinha seu território ligado ao atual Estado de Tocantins. O Lyceu de Goyaz e o Lyceu de Goiânia ocupavam a região central do Estado, ao Norte – atual Tocantins, foi criada uma instituição, ao sul, criada outra, ambas não nomeadas na documentação consultada, as outras duas foram criadas ao Oeste, Rio Verde e outra no Leste do Estado, município de Ipameri. (BARROS, 2021, p. 318).

No ano de 1950 houve a maior expansão de instituições secundárias em Goiás, tendo sido criadas 21, que adotavam o plano de expansão proposto pelos governos de Vargas e Juscelino Kubitschek. Conforme, Barros (2021):

Podemos selecionar dois grupos, aquelas que estão situadas às margens da Estrada de Ferro: Ginásio Estadual de Bela Vista de Goiás, Ginásio Estadual de Cristalina e Ginásio Estadual de Urutaí. Outras instituições foram criadas nas rodovias que levavam à capital Goiânia nas direções oeste, como: Ginásio Estadual de Itaberaí, Ginásio Municipal de Anicuns, Ginásio Municipal de Itauçu e Ginásio Estadual de Inhumas. Há também as instituições criadas às margens da Rodovia Belém-Brasília, que liga o Estado ao Norte do país, como os Ginásios Estaduais de Ceres e Uruaçu. (BARROS, 2021, p. 318).

O Governo de Juscelino Kubitschek, segundo Naves (2013, p. 50), ficou conhecido por sua política desenvolvimentista, sedimentada pelo slogan “Cinquenta anos em cinco”, porém, em se tratando de educação primária e secundária, o desenvolvimento pouco se fez presente.

Bretas (1991) relata que em Goiás a expansão do Ensino Secundário ocorreu a partir de 1950, destacando que

No interior muitos colégios também surgem, primeiro nas grandes cidades, e depois nas cidades menores, de modo que hoje, cada cidade de três mil habitantes acima tem o seu colégio, oficial ou particular. Os primeiros a adquirirem o privilégio do reconhecimento foram os mais antigos... Em seguida outras cidades pleiteiam do governo estadual um ginásio ou colégio oficial, para obterem logo em seguida a equiparação, privilégio que todos se esforçam por alcançar. Aos poucos o Estado vai atendendo a essas aspirações, criando colégios e construindo prédios para alojá-los, ou encampando outros já existentes, de iniciativa particular ou dos municípios, os quais viviam em dificuldades. (BRETAS, 1991, p. 591).

A criação do Ginásio de Goiatuba, por pertencer a uma cidade menor do interior de Goiás, se iniciou com a iniciativa particular, pertencendo à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, logo em seguida, após dois anos de funcionamento, o Estado assumiu a responsabilidade e, após onze anos de funcionamento do Ginásio de Goiatuba, finalizou a obra do no prédio, fato que ampliaria a oferta desse nível de ensino no município.

Para melhor compreensão da expansão dos ginásios em Goiás, serão relacionados no quadro 5 aqueles criados nos anos de 1940, sendo três em 1945 e um em 1946, somando no total quatro instituições secundaristas no estado de Goiás.

Quadro 5 - Ginásios criados nos anos de 1940 no Estado de Goiás.

ANO DE CRIAÇÃO	DE	LEGISLAÇÃO	CIDADE SEDE DA INSTITUIÇÃO	NOME NO PERÍODO DE CRIAÇÃO	OBS.:
1945		Decreto-lei n. 124	Rio Verde	Ginásio Oficial de Rio Verde	
1945		Decreto-lei n. 124	Região Norte		Ginásio criado no Norte do Estado
1945		Decreto-lei n. 124	Região Sul		Ginásio criado no Sul do Estado
1946		Decreto-Lei n. 374	Ipameri	Ginásio Oficial de Ipameri	

Fonte: (Barros, 2021, p. 319)

O quadro 6 registra uma grande expansão dos Ginásios vinculados ao poder público em Goiás.

Quadro 6 - Ginásios criados nos anos de 1950 no Estado de Goiás.

ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO	CIDADE SEDE DA INSTITUIÇÃO	NOME NO PERÍODO DE CRIAÇÃO
1952	Lei n. 672	Mineiros	Ginásio Estadual de Mineiros
1955	Lei. n. 1.090	Caiapônia	Ginásio Estadual de Caiapônia
	Lei n. 1.134	Posse	Ginásio Dom Prudêncio
	Lei n. 1.186	Uruaçu	Ginásio Estadual de Uruaçu
	Lei n. 1.186	Bela Vista de Goiás	Ginásio Estadual de Bela Vista de Goiás
1956	Lei n. 1.334	Jataí	Ginásio Estadual de Jataí
	Lei n. 1.358	Santa Helena de Goiás	Ginásio Estadual de Santa Helena de Goiás
	Lei n. 1.382	Nerópolis	Ginásio Estadual de Nerópolis
	Lei n. 1.382	Itaucu	Ginásio Estadual de Itaucu
	Lei n. 1.382	Ceres	Ginásio Municipal de Ceres

	Lei n. 1.422	Buriti Alegre	Ginásio Municipal de Buriti Alegre
1957	Lei n. 1.506	Inhumas	Ginásio Estadual de Inhumas
	Lei n. 1.506	Uruana	Ginásio Estadual de Uruana
	Lei n. 1.604	Cristalina	Ginásio Estadual de Cristalina
	Lei n. 1.619	Itaberaí	Ginásio Estadual de Itaberaí
	Lei n. 1.621	Urutaí	Ginásio Estadual de Urutaí
	Lei n. 1.752	Pirenópolis	Ginásio Estadual de Pirenópolis
	Lei n. 1.779	Corumbá	Ginásio Estadual de Corumbá
1958	- ⁵	<i>Goiatuba</i>	<i>Ginásio de Goiatuba</i>
1959	Lei n. 2.522	Anicuns	Ginásio Estadual de Anicuns
1959	Lei n. 2.559	Itumbiara	Ginásio Estadual de Itumbiara

Fonte: (Barros, 2021, p. 319).

O quadro 7 relaciona os ginásios abertos no estado de Goiás em 1960, tendo sido a partir de 1950 e principalmente no ano de 1960 o período em que houve a maior expansão do ensino secundário em Goiás.

Quadro 7 - Ginásios criados nos anos de 1960 no Estado de Goiás.

ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO	CIDADE SEDE DA INSTITUIÇÃO	NOME NO PERÍODO DE CRIAÇÃO
1960	Lei n. 3.013	Fazenda Nova	Ginásio Estadual de Fazenda Nova
	Lei n. 3.215	Ceres	Ginásio Estadual de Ceres
	Lei n. 3.248	Formosa	Ginásio Estadual de Formosa
	Lei n. 3.263	Catalão	Ginásio Estadual de Catalão
	Lei n. 3.263	Anicuns	Ginásio Estadual de Anicuns
	Lei n. 3.275	Pontalina	Ginásio Estadual de Pontalina
	Lei n. 3.306	Cristalina	Ginásio Estadual de Cristalina
	Lei n. 3.300	Taguatinga	Ginásio Estadual de Taguatinga
	Lei n. 3.313	Tocantinópolis	Ginásio Estadual de Tocantinópolis
	Lei n. 3.320	Goianésia	Ginásio Estadual de Goianésia
	Lei n. 3.450	Santa Helena de Goiás	Ginásio Estadual de Santa Helena de Goiás
	Lei n. 3.558	Itapuranga	Ginásio Estadual de Itapuranga
	Lei n. 3.568	Nazário	Ginásio Estadual de Nazário
	Lei n. 3.597	Caiapônia	Ginásio Estadual de Caiapônia
	Lei n. 3.630	Posse	Ginásio Estadual de Posse
	Lei n. 3.591	Cristalândia	Ginásio Estadual de Cristalândia
	Lei n. 3.620	Buriti Alegre	Ginásio Estadual de Buriti Alegre
	Lei n. 3.666	Espigão divisor de São Simão e Mateiro	Ginásio Estadual de Espigão
Lei n. 3.840	Hidrolândia	Ginásio Estadual de Hidrolândia	
Lei n. 3.873	Fazenda Nova	Ginásio Estadual de Fazenda Nova	

Fonte: (Barros, 2021, p. 320).

⁵ Não foi encontrado o Decreto-Lei de criação do Ginásio de Goiatuba.

O estado de Goiás investiu na educação pública, criando ginásios para receber jovens que estavam aptos para cursar o ensino secundário, sendo a região centro-sul de Goiás a que mais abriu instituições de ensino secundário.

Em Goiás, a partir dos anos de 1950, houve uma expansão dessa modalidade de ensino e o Ginásio de Goiatuba foi mantido pela *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*, que contribuiu para que isso ocorresse.

Bretas (1991, p. 60) salienta que a forma mais rápida e fácil de que os municípios menores e menos desenvolvidos dispunham para fundar ginásios era por meio da Campanha. Assim, os municípios menores, onde não havia estabelecimentos de ensino secundário, viam na Campanha uma solução. Dessa forma, a *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* contribuiu para a expansão de ginásios no Estado de Goiás.

No quadro 8 é apresentado o quantitativo de instituições de ensino secundário no Estado de Goiás no período de 1945 a 1960.

Quadro 8 - Quantidade de escolas em Goiás no período de 1945 a 1960

Ano	Quantidade de Ginásios
1945	3
1946	1
1951	5
1952	1
1955	4
1956	5
1957	6
1958	1
1959	8
1960	12

Fonte: Autoria nossa

O mapa 2, a seguir, expõe como ficou a distribuição das instituições de ensino secundário no estado de Goiás. As regiões em que houve maior expansão foram a centro-oeste e a sul.

Mapa 2 - Mapa do Estado de Goiás



Fonte: Autoria nossa

Durante os anos de 1940 a 1960, é possível ver que houve a criação de 44 instituições ginásiais por todo o estado de Goiás, entretanto algumas regiões foram privilegiadas. Enquanto o norte contava com apenas um ginásio, sendo dois ao extremo norte, atualmente pertencentes ao estado de Tocantins, na região leste foram seis, no centro-oeste, dezesseis, ao sul, dezesseis e um próximo ao Distrito Federal.

A partir dos anos 50 houve maior expansão de instituições de ensino secundário em Goiás, muitos deles anteriormente privados e cuja administração passou, a partir de 1960, para o estado.

CAPÍTULO 3 – O GINÁSIO DE GOIATUBA: PERCURSO, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Este terceiro capítulo tem como objetivo discutir o Ginásio de Goiatuba, seu percurso, mudanças e permanências.

O capítulo aborda a historiografia do Ginásio de Goiatuba, a primeira instituição secundarista no município. Discorreremos sobre como foi fundado, como o ensino secundário foi nele organizado, mostrando que foi o centro de ensino de referência para toda a região e contribuiu para o desenvolvimento do município.

3.1 A Fundação Ginásio de Goiatuba

O povoado de Goiatuba teve início por volta de 1860 com a penetração de antigos bandeirantes vindos de São Paulo. Em 1900, o povoado foi elevado a distrito e obteve sua autonomia como município pelo Decreto-Lei n. 627 de 21 de janeiro de 1931. Em 1938, por força de Decreto-Lei estadual n. 1233, o município passou a se chamar Goiatuba, que, na língua indígena, era GWA TIBA ou “muitos indivíduos da mesma raça”.

A economia da cidade é baseada na agricultura e na pecuária. No ano de 1920, ainda como povoado, era composto por três ruas, típicas de uma cidadela, sendo duas delas paralelas e uma transversal, como se vê a seguir:

Imagem 2 - Rua principal no sentido vertical do município de Goiatuba na década de 1950.



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Lacordaire Constantino Ribeiro

No ano de 1931 o Prefeito Francisco Evaristo de Oliveira, usando de suas atribuições, assinou o Decreto n. 677, difundindo o ensino de categoria⁶ no município e criando então as escolas rurais, onde o ensino chegou primeiro. Em 1933 houve uma mudança, sendo transferida para a vila a escola mista de 1ª classe da fazenda Bananeira, surgindo, então, a primeira escola urbana da Vila Bananeira, cujas aulas aconteciam nas salas da chamada “casa escolar”.

Em 1939 foi institucionalizada a primeira escola pública de ensino primário a funcionar em prédio próprio na Vila de Bananeiras, denominada Grupo Escolar, posteriormente alterada sua denominação para Grupo Escolar Laudelino Gomes.

A história da educação de Goiatuba passou por mudanças a pequenos passos. Somente em 1956 houve um novo olhar para a educação, voltado para outro nível de ensino, o ensino secundário.

Assim como a CNEG, o Ginásio de Goiatuba sofreu grandes mudanças ao longo do tempo, algumas delas no seu nome, prédio, vinculação com um ou outro órgão.

O processo de criação de uma instituição secundarista no município de Goiatuba se iniciou em 1956, quando um grupo de comerciantes se reuniu com o desejo de criar uma instituição secundarista no município, que ali não havia, e portanto, até então, seus filhos que queriam estudar tinham que se deslocar para outros municípios ou se mudar para a capital goiana.

De acordo com a Ata da Fundação Ginásio de Goiatuba, para colocar em ação os planos de criá-lo, um grupo de homens composto por Agenor Garcia Rosa, Waldemar Borges Guimarães, Jeronimo Carlos do Prado, Francisco de Oliveira Marques, Genesio Vieira de Castilho, Geraldo de Freitas, Arideu Costa e Oliveira se reuniram no dia 04 de janeiro de 1956 no Grupo Escolar Laudelino Gomes com mais 53 homens comerciantes e empresários para falarem a respeito da criação de um ginásio em prol da educação da mocidade goiatubense. No quadro 9 estão os nomes de alguns comerciantes e a empresa de cada um:

Quadro 9 – Relação dos empresários/ comerciantes e ramo de negócios.

Empresários	Ramo de negócios
Francisco Evaristo de Oliveira	Pharmácia Central
Irmãos Garcia	Firma comercial
Jeronimo Carlos do Prado	Dono dos prédios onde funcionou a 1ª agência de correio e telégrafo
Antônio de Lisboa Lima	Dono da primeira escola de datilografia

⁶ Conforme consta no documento, o ensino de categoria se referia a onde o ensino chegou primeiro, ou seja, nas escolas rurais.

Joaquim Generoso de Freitas	Bar Marabá
Salvador Antônio da Costa	Casa Lusitância
Geraldo de Freitas	Materiais de construção
Francisco Ribeiro de Mendonça	Construtora Mendonça
Ovídio de Paula e Silva	Casa Célia
Arideu Costa e Oliveira	Produtor
Francisco de Oliveira Marques	Bancário
Wander de Sousa	Tabelião de 1º ofício
Antônio Rodrigues de Freitas	Prefeito

Fonte: Ata da fundação Ginásio de Goiatuba.

Ainda conforme essa Ata, foi nessa reunião que criaram a *Fundação Ginásio de Goiatuba*, primeiro órgão mantenedor do Ginásio, cujo objetivo era angariar fundos, subsídios para iniciarem a construção do Ginásio. Diferente das demais instituições educativas que iniciam suas atividades com a instituição em funcionamento em um prédio alugado, no caso do Ginásio de Goiatuba, sua história começou com a construção das instalações para, só então iniciar suas atividades.

Nesta mesma reunião foi eleita uma diretoria de seis membros para a Fundação Ginásio de Goiatuba: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Foram eleitos também o diretor e secretário. A eleição para compor a diretoria ocorreu por aclamação, ficando assim constituída:

Presidente – Agenor Garcia Rosa;
 Vice-presidente – Genesio Vieira de Castilho;
 1º secretário – Waldemar Borges Guimarães;
 2º secretário – Geraldo de Freitas;
 1º tesoureiro – Jeronimo Carlos do Prado;
 2º tesoureiro – Francisco de Oliveira Marques;
 Diretor – Arideu Costa e Oliveira;
 Secretário – Wander de Sousa. (Ata da Fundação Ginásio de Goiatuba, 1956).

Conforme podemos ver na imagem 3, na foto, de 1956, está a diretoria da Fundação, composta por oito homens, porém aparecem nela mais outros cinco:

Imagem 3 - Diretoria da Fundação Ginásio de Goiatuba



Fonte: Acervo documental do Ginásio de Goiatuba

A Fundação deliberou que seriam sócios fundadores todos aqueles que contribuíssem financeiramente para a construção da obra. Na mesma reunião o presidente relatou que, para iniciar a construção do ginásio, a Fundação já contava com uma subvenção Federal de cem mil cruzeiros⁷ e designou o senhor Joaquim Gomes Rodrigues para redigir o Estatuto da Fundação, assim como o Regimento Interno do futuro Ginásio.

O terreno para a construção do prédio do Ginásio de Goiatuba foi doado pela empresa Irmãos Garcia, empresa comercial do município. A empresa Irmãos Garcia era de posse de João Garcia Rosa, Agenor Garcia Rosa, Jerônimo Alves Garcia e João Cardoso Castilho. Conforme mencionado no Oficial Registro de Imóveis e hipotecas da comarca de Goiatuba, no livro de registros nº 3 – H, nº de ordem 8.901:

[...] Perfazendo uma área total de onze mil, setecentos e vinte e quatro metros e vinte quatro centímetros quadrados.

A Fundação Ginásio de Goiatuba, representada pelo seu presidente senhor Agenor Garcia Rosa, brasileiro, casado, comerciante, residente e domicílio nesta cidade. Nome, domicílio, estado e profissão do transmitente: Irmãos Garcia, firma comercial, representada pelos seus únicos sócios João Garcia Rosa, Agenor Garcia Rosa e Jerônimo Alves Garcia, João Cardoso Castilho e Geraldo Justino de Souza, todos brasileiros solteiros [...]

[...] Escritura pública de doação, do dia 11 de fevereiro de 1957, do 2º Tabelião – desta cidade. Valor contrato: Cr\$ - 6.500,00.

O Ginásio de Goiatuba foi, portanto, palco de interesses políticos e particulares, visto que esse grupo de homens que lutavam para fundar o ginásio tinham grandes interesses políticos. Exemplo disso são nomes como: João Garcia Rosa prefeito no ano de 1931 e, por motivos particulares, substituído por Francisco Evaristo de Oliveira, que administrou o

⁷ Não foi encontrado o Decreto-Lei que comprove tal subvenção.

município durante os anos de 1931, 1948, 1959, e foram grandes contribuintes para a institucionalização e funcionamento do Ginásio de Goiatuba.

O Estatuto da Fundação Ginásio de Goiatuba foi redigido por Joaquim Gomes Rodrigues, a pedido do presidente Agenor Garcia Rosa. No Estatuto da Fundação ficaram estabelecidas regras e leis da instituição, como cursos, patrimônio, diretoria. Conforme o Estatuto da Fundação Ginásio de Goiatuba, ficou estabelecido em seu Artigo 4º que:

- Art. 4 Tem a mesma por finalidade:
Manter em pleno funcionamento o Ginásio de Goiatuba e com os cursos seguintes:
- a) Ginásial;
 - b) Colegial;
 - c) Normal.

A finalidade não era apenas criar um ginásio para a mocidade goiatubense. Os interesses iam além, havendo a pretensão de que a instituição atendesse os três tipos de escolaridade: ginásial, colegial e normal, começando com o ginásial e se estendendo para os demais. Foi uma instituição importante no município e que contribuiu para o seu desenvolvimento.

Conforme Naves (2013), tais modalidades de ensino permitiram compreender a finalidade do Ensino Secundário, visando uma educação elitista, preparando a geração para liderar. Desse modo, o que motivou o grupo de empresários e comerciantes do município a lutar para fundar ali um ginásio foi o fato de o ensino secundário dar acesso a uma educação que permitiria que seus filhos liderassem futuramente seus negócios.

A Lei Orgânica do ensino secundário, conhecida como Reforma Capanema, foi promulgada em 1942 pelo Decreto-Lei n. 4.244. Em seu artigo 9º ficou atribuída a sua modalidade de ensino, sendo ela: Art. 9º O ensino secundário manterá ligação com as outras modalidades de ensino pela forma seguinte:

1. O curso ginásial estará articulado com o ensino primário, de tal modo que deste para aquele o aluno transite em termos de metódica progressão.
2. Estará o curso ginásial vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, para a realização dos quais deverá constituir base preparatória suficiente.
3. Aos alunos que concluírem quer o curso clássico quer o curso científico mediante a prestação dos exames de licença será assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula. (DECRETO LEI nº 4.244 de 9/04/1942).

Ficou estabelecido no Estatuto da Fundação Ginásio de Goiatuba que o exercício de qualquer função não receberia nenhuma gratificação, toda ação constituindo doação em prol da educação dos jovens. Como consta no parágrafo 2º: O exercício de qualquer cargo será gratuito.

Para a criação de estabelecimentos de ensino secundário, havia algumas exigências estabelecidas pela Portaria Ministerial, portanto a Fundação deveria atender todas as condições

mínimas para colocar o Ginásio em funcionamento. Conforme a Portaria Ministerial nº 501, de 19 de maio de 1952, foram estabelecidas para a criação de estabelecimentos de ensino secundário as seguintes características mínimas:

- 1- Edifício com três faces isoladas;
- 2- Construção sólida - preferivelmente em alvenaria;
- 3- Aconselhável as formas E-U-H-T-L;
- 4- Aspecto arquitetônico agradável, pintura e pisos conservados;
- 5- Corredores: principal de 2,50 m, secundário 2 metros;
- 6- Entradas largas;
- 7- Escadas e material incombustível;
- 8- Janelas de parapeito alto, rasgadas até o teto;

Podemos ver nas imagens 4 e 5 o primeiro modelo arquitetônico do prédio do Ginásio de Goiatuba, cuja construção já estava finalizada em 1958. A imagem 5, foto retirada de forma lateral da parte da frente, permite ver que o prédio tinha estrutura e acabamento simples, a rua era de pedras, o prédio aparentemente em formato de L. Já na imagem 6, vista do fundo do ginásio, conseguimos ver melhor sua arquitetura e também as demais ruas ainda sem pavimentação, vegetação rasteira, típica no cerrado, sem mais construções ao redor. A construção do Ginásio demonstrava que naquele ambiente rústico o desenvolvimento estava chegando, desenvolvimento este que se efetivaria por meio da educação.

Imagem 4 - Primeiro modelo arquitetônico do ginásio - frente



Fonte: Acervo pessoal do professor Lacordaire.

Imagem 5 - Primeiro modelo arquitetônico do ginásio - fundos



Fonte: Acervo pessoal do professor Lacordaire.

Quanto ao mobiliário escolar e material didático, a Portaria Ministerial nº 501 exigia também algumas condições mínimas, como:

- 13 - Mobiliário escolar:
 - a) Carteiras simples ou duplas;
 - b) Mesas, cadeiras para o professor, armário, etc;
 - c) Quadro negro com 2m². de área;
- 14 - Biblioteca (com quinhentos livros);
- 15 - Material didático: de desenho, línguas vivas, ciências e trabalhos manuais;

Com as exigências estabelecidas para colocar o Ginásio em funcionamento, a Fundação enfrentava dificuldades financeiras, pois parte dos fundos arrecadados foi utilizada na construção do prédio e ainda necessitavam comprar o mobiliário para iniciar as atividades. Diante de tal situação, a Fundação enviou um Ofício aos Deputados Antônio Lisboa Machado e Nelson Siqueira, solicitando ajuda para finalizar as obras e adquirir o mobiliário. O pedido foi atendido, conforme Lei nº 1.707 de 7 de novembro de 1957 da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás:

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É concedido, à Fundação mantenedora do Ginásio de Goiatuba, o auxílio de quatrocentos mil cruzeiros (C\$ 400.000,00), destinados às obras de construção de seu edifício próprio e mobiliário.

Com o subsídio concedido pela Assembleia Legislativa, no ano de 1957 as obras continuaram e a Fundação continuou buscando meios para conseguir colocar o Ginásio em funcionamento. No ano seguinte, 1958, a Campanha Nacional de Educandários chegou a Goiatuba, pois o intuito era expandi-la por todo o país. O Diretor da Secção Estadual da CNEG, Osmir Antônio Pontes, ficou sabendo da Fundação Ginásio de Goiatuba, de seus objetivos e

das dificuldades que seus idealizadores vinham enfrentando, com isso resolveu visitar a Fundação com a intenção de transferir essa responsabilidade para a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Segundo Naves (2013, p. 75), em Goiás a expansão do Ensino Secundário adotava a ideia de amplificação de escolas vinculadas à CNEG, da mesma forma que aumentava as subvenções estatais direcionadas a Campanha.

Foi no ano de 1958 que a Fundação Ginásio de Goiatuba entrou em acordo com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e transferiu todas as responsabilidades para a CNEG, visto ser esse o meio mais rápido para colocar o Ginásio em funcionamento. Assis (2005, p. 19) destaca que a década de 50 foi correspondente à fase de expansão da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG em todo o território brasileiro.

3.2 A CNEG chega a Goiatuba

Em 1958, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos chegou ao município de Goiatuba, após ficar sabendo que lá havia uma fundação mantenedora que almejava criar um Ginásio, porém vinha enfrentando dificuldades, como falta de subsídios e estratégias para seguir todas as exigências constantes da Portaria Ministerial n. 501 para colocar uma instituição secundarista em funcionamento. Diante de tal situação, o Diretor Osmir Antônio Pontes, da Secção Estadual da CNEG, se reuniu com os responsáveis pela Fundação Ginásio de Goiatuba e apresentou o interesse da Campanha, que era assumir a responsabilidade e colocar o Ginásio em funcionamento.

A direção da Fundação Ginásio de Goiatuba viu na CNEG a alternativa que tinha para atingir esse objetivo de forma mais rápida. Conforme Ribeiro (2021), o que os preocupava era se iriam continuar na direção do Ginásio, pois fazer parte dos membros fundadores de uma instituição secundarista contribuiria para seus anseios políticos.

Dessa forma, foi-lhes esclarecido que, para a Campanha se vincular com a Fundação, era necessário criar um Setor Municipal da CNEG no município e fazer a transferência de toda a documentação, assim como do prédio, para a Campanha. De acordo com a Ata 19, foi no dia 01 de maio de 1958 que houve a criação do Setor Municipal da CNEG em Goiatuba e a transferência da Fundação Ginásio de Goiatuba para a CNEG. Conforme a Ata 19,

Ao primeiro dia do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), no salão de audiência do Fórum local, sito à Rua Piracanjuba, s/n, reuniu-se em sessão extraordinária a C.N.E.G, Secção Estadual de Goiás, para a fundação do Setor Municipal da Campanha Nacional de Educandários

Gratuitos em Goiatuba, Estado de Goiás, assim como a criação respectiva do Ginásio e tratar de outros assuntos.

Conforme a Ata 19, o Setor Municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos decidiu que o nome da escola seria *Ginásio de Goiatuba*, conforme consta na Ata 19: “[...] Em seguida foi escolhido o nome do Ginásio, que por aclamação, ficou sendo: - Ginásio de Goiatuba”.

Ao longo de sua existência, como já foi explicado anteriormente, o Ginásio de Goiatuba sofreu mudanças, entre elas em seu nome, transformações físicas e em sua vinculação institucional, conforme detalha o quadro 10:

Quadro 10 – Denominações e vinculações do Ginásio de Goiatuba.

Denominação	Vinculação	Período	Legislação
Ginásio de Goiatuba	CNEG	1958 - 1960	-
Ginásio Estadual de Goiatuba	Sec. da Educação e Cultura do Estado de Goiás	1961 - 1968	Lei nº 3.037, de 26 de outubro de 1960, expedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás,
Colégio Estadual de Goiatuba	Sec. da Educação e Cultura do Estado de Goiás	1968- 2016	Lei nº. 3.037, de 26 de outubro de 1968, expedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Colégio Militar Elísio Joaquim de Vasconcelos	Sec. da Educação e Cultura do Estado de Goiás	2016 - Atual	Lei nº 19.546, de 15 de dezembro de 2016, expedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual.

Obs.: O caractere (-) simboliza que, não foi encontrado o decreto Lei que criou o Ginásio de Goiatuba.

Fonte: Arquivo do CEPMG Elísio Joaquim de Vasconcelos.

Para institucionalizar um Ginásio da CNEG, era necessário seguir algumas exigências da própria Campanha, sendo o principal deles criar o Setor Municipal da CNEG no município, conforme consta no documento enviado pela Diretoria Nacional da CNEG:

A constituição do Setor Municipal da CNEG é a base da sua organização. Não se deve criar um ginásio antes da formação do núcleo local cenegista. A célula da Campanha é o órgão municipal que reunirá os homens de bem da localidade em torno da maravilhosa ideia de instruir a quem – criança ou adulto – que queira educar-se numa escola de nível médio.

Vermelho e Pontes (1984, p. 98) expõem que existem três categorias de sócios da CNEG: os honorários, que ofereciam serviços relevantes ao Movimento CNEG; os efetivos, que tinham obrigação de contribuir financeiramente; os beneméritos, que colaboravam, decisivamente, com seus serviços ou dinheiro, beneficiando a causa cenegista, ou qualquer cidadão de bem e de boa vontade que quisesse contribuir para o movimento.

De acordo com o documento *O que é necessário para fundar um educandário da CNEG*, enviado pela Diretoria Nacional da CNEG, para concorrer ao Setor Municipal da CNEG havia quatro quesitos quanto aos participantes: 1- O particular como sócio da organização, 2- A prefeitura Municipal, 3- O Governo Estadual; 4- O Governo Federal.

Compreende-se que a institucionalização do Ginásio de Goiatuba seguiu os padrões determinados pela CNEG, mas também os moldes pré-estabelecidos pela direção local, assim como a colaboração para a manutenção da escola. Dessa forma, a CNEG e o Ginásio eram um só corpo, visto que o setor local da CNEG objetivava transmitir a ideia do envolvimento de todos em prol da educação secundarista no município. Henriques (1986) destaca que,

Para a criação de uma escola da CNEG é organizado, inicialmente, um núcleo comunitário, com a participação de 100 pessoas com a responsabilidade de mantê-la através de captações de recursos na própria comunidade e junto aos órgãos governamentais. Além disso, o órgão ensina a toda a comunidade como manter uma escola, mostrando um valor que na verdade pertence a eles. Com isso, a Campanha sensibiliza as comunidades para instrumentalizar a participação popular no processo de desenvolvimento brasileiro (HENRIQUES, 1986, p. 126).

Na Sessão Extraordinária da CNEG, o cenário havia se modificado, havendo a presença de 34 pessoas, tanto homens quanto mulheres. Compreendemos que as mulheres presentes eram professoras, pois, na fala do Diretor Osmir Antônio Pontes, ele diz sobre a importância de as professoras ali presentes irem a Goiânia se formar.

Na Sessão Extraordinária da CNEG deu-se início ao processo de transferência com a fala do Sr. Agenor Garcia Rosa, presidente da Fundação Ginásio de Goiatuba, que dizia

[...] estar de acordo com a transferência de todo o acervo ativo e passivo e bem assim todos os direitos, obrigações e responsabilidades pertinentes à mesma Fundação, para a Campanha Nacional de Educandário Gratuitos, inclusive o prédio ora em construção, situado à Rua Piauí.

Foram escolhidos também por votação os membros do Setor Municipal da CNEG, Diretor e secretário do Ginásio e membros do conselho fiscal, sendo eles:

Diretora do Ginásio: Maria Augusta Sampáio Marques;
 Secretário do Ginásio: José Pereira da Costa;
 Membros do Setor Municipal – Presidente: Agenor Garcia Rosa;
 Vice-presidente: Genésio Vieira de Castilho;
 1º secretário: Elsa Godoi;
 2º secretário: Waldemar Borges Guimarães;
 1º tesoureiro: Jeronimo Carlos do Prado;
 2º tesoureiro: Francisco de Oliveira Marques
 Diretora do departamento de divulgação e cultura: Gicelda Borges de Freitas;
 Diretor de propaganda: Jader Gonçalves de Souza;
 Membros do conselho fiscal (Eletivos) – Joaquim Gomes Rodrigues;
 Shinor Gonçalves Ribeiro;
 Francisco Evaristo de Oliveira.

Membros da Fundação, como os senhores Agenor Garcia Rosa e Francisco Evaristo de Oliveira, tiveram muito envolvimento político. Francisco Evaristo de Oliveira foi o primeiro prefeito do município no ano de 1931. Durante seu governo, teve que se afastar e João Garcia Rosa assumiu o poder por um tempo e logo depois Francisco retornou às atividades. João Garcia Rosa era irmão de Agenor Garcia Rosa, que foi o presidente da Fundação e do Setor Municipal da CNEG. Francisco Evaristo de Oliveira esteve à frente do poder municipal por três vezes, durante os anos de 1931 a 1937, 1948 a 1951 e 1959 a 1961.

No dia 31 de julho de 1958, o presidente do Setor Municipal Agenor Garcia Rosa, assinou o termo de propriedade jurídica, passando as responsabilidades e propriedades para a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Conforme consta no Termo de propriedade Jurídica: Na qualidade de representante legal do Setor Municipal de Goiatuba, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, declaro, sob as penas de Lei que o estabelecimento de ensino, denominado Ginásio “Fundação Ginásio de Goiatuba”, sito à Rua Piauí, s/n, desta cidade de Goiatuba, Estado de Goiás é de exclusiva propriedade da mencionada Campanha, competindo a esta todo o acervo ativo e passivo e bem, assim, todos os direitos, obrigações e responsabilidades pertinentes ao referido estabelecimento educacional.

Um documento que auxilia a compreensão da organização do Ginásio de Goiatuba, quanto às finalidades, corpo docente, administração geral, secretaria, é o seu Regimento Interno, emitido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, no qual se estabeleceu que:

Art. 1 O Ginásio de Goiatuba, fundado e mantido pela C.N.E.G. na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás, tem por finalidade precípua ministrar ensino secundário, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pelas autoridades – federais, estaduais e municipais.

O Ginásio de Goiatuba foi a primeira instituição no município de Goiatuba a ofertar o ensino secundário, voltado para o público jovem que buscava cursar o ensino superior. Por muitos anos, foi destinado à elite econômica, mas, por meio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, a população jovem do município conseguiu ter acesso a ele.

A escola desempenhava e tinha o papel de educar o indivíduo para a vida social e deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, cuja realidade política, moral e econômica precisava ser formada. Assim explica o Decreto-Lei 4.244 de 09 de abril de 1942:

É que o Ensino Secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem,

cerquem ou ameacem. Um ensino capaz além disto, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino (BRASIL, 1942, p. 34).

Buscamos compreender as políticas educacionais e o contexto histórico que influenciaram os caminhos da educação durante e depois do Estado Novo, mais especificamente no Decreto Lei 4.244 de 09 de abril de 1942, da Reforma Capanema, que organizou o Ensino Secundário em dois ciclos: o Ginásial com quatro anos e o Colegial, com três anos. Conforme análise de Veiga (2007), no texto do ministro Capanema esta modalidade de ensino foi assim caracterizada:

[...] o secundário era o nível de ensino por excelência, destinado a formar os futuros cidadãos em sua consciência patriótica. Educar para a sociedade foi interpretado como educar para a nação. Nesse sentido, tal objetivo definia um currículo de acentuado conteúdo humanístico, necessário para a preparação das individualidades condutoras do povo e da nação. A lei define em destaque: o ensino religioso, estimulando sua introdução no currículo; a educação física, obrigatória aos estudantes dos cursos diurnos e dada a grupos organizados de alunos, independente do critério da seriação escolar; a educação moral e cívica, não incluída no currículo, mas como já dito, parte de um amplo programa de formação e das disciplinas história e geografia. Prescrevia ainda que preferencialmente a educação secundária para mulheres deveria se realizar em estabelecimento específico para esse fim. (VEIGA, 2007, p. 292)

O Ginásio de Goiatuba foi organizado sob o regime de externato, para ambos os sexos, curso ginásial e curso de admissão (facultativo), regidos, cada qual, por sua legislação particular quanto à seriação e programas.

Ribeiro (2021) relatou que os primeiros alunos do Ginásio de Goiatuba foram os filhos dos membros do Setor Municipal da CNEG, e só depois abriram vagas para a população. Com isso, percebe-se a importância dos elos estabelecidos entre o Setor Municipal da CNEG e a própria população, pois houve favoritismo, dando prioridade para determinado grupo. Nesse sentido, o que a Campanha pregava – ser uma instituição para a população pobre que não tinha condições que cursar o ensino secundário – não estava em prática, pois os membros do Setor Municipal da CNEG eram todos comerciantes.

Pensar essas questões, em como o Ginásio de Goiatuba foi institucionalizado, como ficou a organização Ginásio após a transferência para a Campanha, nos ajuda a compreender que

A institucionalização não é, contudo, um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência a perdurar. Por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionalizadas pode diminuir. Pode haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social. Por exemplo, a esfera privada que surgiu na moderna sociedade industrial é consideravelmente desinstitucionalizada, se comparada com a esfera pública (BERGER; LUCKMANN, p. 113).

Sendo assim, a organização do corpo docente também faz parte desse processo de institucionalização e, para a Campanha Nacional de Educandários, o corpo docente de cada instituição, em retribuição ao desempenho de suas responsabilidades e atribuições, receberia uma gratificação, conforme mostra o Regimento Interno do Ginásio de Goiatuba - CNEG: “Art. 12º A C.N.E.G dentro de suas possibilidades financeiras, assegurará gratificação condigna aos membros do corpo de docente”.

Conforme a Ata 19 da Sessão Extraordinária da CNEG para a Fundação do Setor Municipal em Goiatuba, foi defendida na fala do Diretor da Secção Estadual, Osmir Antônio Pontes, a grande importância de as professoras ali presentes se capacitarem e irem até Goiânia fazer curso para estarem habilitadas para tal ensino e assim receberem a gratificação.

1958 foi o ano de início para a vida do Ginásio de Goiatuba, após a Campanha assumir as responsabilidades. A CNEG solicitava a participação da população nas tarefas desenvolvidas pelo setor local da campanha, contribuindo de forma financeira para a permanência do Ensino Secundário no município, não somente no de Goiatuba, mas em todos aqueles em que a CNEG abria um educandário, como se pode ver no comunicado reproduzido da atuação da CNEG em Picuí – PB:

Picuiense, tornemo-nos um Cenegista.

No nosso Município funciona maravilhosamente a CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS, muito conhecida pela sigla CNEG. Quem trabalha na CNEG ou dela faz parte é cenegista.

Cenegista é filosofia dos que acreditam no idealismo e na necessidade de educar e instruir. Assim sendo, não nos conformemos em só pertencer à CNEG pagando a mensalidade. Vamos adiante e pratiquemos de fato o cenegismo por acreditarmos no idealismo e na necessidade de formarmos os nossos filhos moral e culturalmente.

Foi daí que nasceu a ideia da divulgação deste panfleto, concitando-os à união e conjugação de esforços, independentemente de côr política, condição social ou credo religioso. Pratiquemos o verdadeiro cenegismo para que possamos ter nosso Ginásio Comercial funcionando cada vez melhor, elevando mais o nível intelectual na nossa classe estudantil.

Nunca se esqueça dessa verdade: se o Ginásio não funciona bem, a culpa cabe tão somente a nós, por não termos compreendido e analisado o verdadeiro significado deste educandário em nossa cidade.

Picuienses:

Vamos inclusive ajudar a construir o prédio próprio do nosso Ginásio porque os recursos federais não bastam.

Aumentemos o número de sócios do Setor Local, aumentemos a contribuição dos que podem pagar mais; associemos nossos parentes, compadres e amigos residentes noutros municípios. Peçamos a contribuição direta de comerciantes, industriais e agricultores.

Não fôsse a CNEG jamais teria Picuí um Ginásio Comercial, uma escola de Datilografia moderna, um prédio suntuoso para que seus filhos possam estudar confortavelmente e com maior rendimento Escolar.

Veja que a CNEG conseguiu reunir um só ideal. O de bem servir à terra que nos viu nascer e que nos dá o pão de cada dia. Cléro, magistrados,

educadores, funcionários públicos, comerciantes e até políticos de vários partidos.

Homens de visão, idealistas, que amam a esta terra, que defendem os seus principais interesses, que anseiam pela felicidade das nossas famílias. A CNEG é democratizada, é liberal, é humana... é do povo. (HENRIQUES, 1986, p. 65)

Segundo o panfleto, é perceptível o engrandecimento no discurso dos cidadãos que participavam da manutenção de uma escola secundarista, visto que ser cenegista era uma filosofia de vida daqueles que lutavam pela democratização da educação dos jovens. Portanto, ser um cenegista, na verdade, significava contribuir financeiramente para a causa. Assim como em Picuí, em Goiatuba não foi diferente. O Ginásio de Goiatuba foi criado nesses moldes, a Campanha solicitando a ajuda financeira da população para manter seu funcionamento.

As atividades da instituição continuaram seguindo os moldes e as exigências do MEC e recebendo ajuda da população e dos órgãos públicos. As atividades aconteciam de forma simples, sem muito luxo, o chão ainda de cimento. No ano de 1959, o Ginásio de Goiatuba, sob a responsabilidade da *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*, foi beneficiado no Orçamento da União, pela Lei n. 3.557, de 17 de maio de 1959, com a quantia de CR\$ 100.000,00.

Conforme, Souza (2017), a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos tinha como objetivo ofertar o ensino de forma gratuita, mas futuramente seria cobrada uma mensalidade acessível a todos. De acordo com Ribeiro (2020), o Ginásio também cobrava uma mensalidade simbólica para aqueles que queriam ter acesso ao ensino secundário⁸. Os primeiros alunos do Ginásio foram os filhos da população de classe alta do município, como os membros do setor municipal da Campanha, prefeito e vereadores.

A ideologia da CNEG era propiciar à classe pobre a oportunidade de cursar o ensino secundário, porém no Ginásio de Goiatuba os primeiros alunos foram de classe alta, visto que os interessados em criar um ginásio no município eram de classe alta, que não queria que seus filhos fossem estudar fora.

O ensino secundário no Ginásio de Goiatuba seguiu o regimento interno da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e o que a Reforma Capanema vinha propondo. No ano de 1960 o Ginásio de Goiatuba sofreu mais uma mudança, tornando-se responsabilidade do Estado, e recebeu novo nome: *Colégio Estadual de Goiatuba*.

⁸ Não foi encontrado nenhum documento que comprovasse se realmente houve essa cobrança de mensalidade e qual o valor cobrado.

3.3 Estadualização do Ginásio de Goiatuba: organização do ensino secundário

No ano de 1960, o então Deputado Estadual Mauro Borges foi ao município para uma visita política e visitou o Ginásio, que, conforme Ribeiro (2021), estava passando por muitas dificuldades, primordialmente políticas. O quadro docente havia se desestabilizado, já não se estava encontrando profissionais, a direção já havia passado por várias mãos e a situação financeira ia de mal a pior. Com isso, o então Deputado transferiu as responsabilidades do Ginásio de Goiatuba para o Estado de Goiás. Conforme a Lei n. 3.037 de 26 de outubro de 1960, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás decretou e promulgou a seguinte Lei: “Art. 2º - O Estado de Goiás, por sua vez, assume a responsabilidade de manter, na cidade de Goiatuba, um Ginásio Estadual, tendo anexo um curso de Admissão, no ano letivo de 1961”.

Sendo assim, após a transferência do Ginásio para o Estado, seu nome mudou novamente e o Ginásio de Goiatuba passou a se chamar Ginásio Estadual de Goiatuba. No ano de 1960 houve mudanças no cenário educacional, pois foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 pela qual passaria o ensino a ser de 1º e 2º graus, deixando então de existir o ensino até então chamado de secundário. Assim como o Ginásio de Goiatuba, muitos outros pertencentes à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos foram transferidos para o Estado no mesmo ano.

Conforme já mencionado, um dos fatores que incentivaram o grupo de comerciantes do município a lutar pela educação secundária foram os interesses políticos. Portanto, anos depois o grupo colheu os frutos de suas ações. Após o Ginásio ser encampado pelo Estado de Goiás, ele continuou suas atividades e, no ano de 1966, outro membro do Setor Municipal da CNEG, o Sr. Divino Garcia Rosa, se tornou prefeito e continuou contribuindo para a educação do município, negociando e adquirindo um novo terreno doado pelo estado para a construção da nova sede, um prédio maior e que conseguisse acolher mais alunos. Conforme a Ata da Primeira Reunião da Comissão Pró-Fundação do Ginásio Estadual de Goiatuba, ficou assim decidido:

A comissão deliberou que seus membros ficarão responsáveis pela arrecadação de, no mínimo, quinhentos mil cruzeiros – (CR\$ 500,000,00), montante esse destinado à construção do edifício e dependências capazes de abrigarem normalmente sua população estudantil secundária.

Desde o planejamento de institucionalizar o Ginásio de Goiatuba, sempre houve uma disputa de poder, desde a sua fundação até o seu funcionamento. Devido a essa disputa de poder é que a instituição, enquanto da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, enfrentou dificuldade de permanência de gestores e professores. Conforme Ribeiro (2021), os interesses

do grupo do Setor Municipal da Campanha iam além e por este motivo os diretores e professores abandonavam os cargos. No quadro 11 encontra-se a relação de alguns diretores do Ginásio.

Quadro 11 – Relação de Diretores do Ginásio de Goiatuba.

Nome	Período de gestão	Nomenclatura do Ginásio
Maria Augusta Sampaio Marques	01/05/1958 a 23/08/1958	Ginásio de Goiatuba - CNEG
Gildásio Amado	23/08/1958 a 13/10/1958	Ginásio de Goiatuba - CNEG
Ilmo José	13/10/1958 a 07/12/1962	Ginásio de Goiatuba – CNEG Ginásio Estadual de Goiatuba
Max Esteves Pereira	07/12/1962 a 19/02/1964	Ginásio Estadual de Goiatuba
Geraldo Gonsalo da Costa	19/02/1964 a 28/09/1964	Ginásio Estadual de Goiatuba
Aloysio Alves Rocha	28/09/1964 a -	Ginásio Estadual de Goiatuba

Fonte: Acervo documental do Ginásio

Como podemos ver, durante o período em que o Ginásio esteve sob a responsabilidade da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos é que mais ocorreu a mudança de diretores. Segundo Ribeiro (2021), essas mudanças se deviam à gestão política.

Durante a busca documental no arquivo do Ginásio, foram encontrados documentos em que constam as disciplinas, quadro geral de matrículas, atas gerais de exames de admissão, corpo docente, calendário escolar, o que nos permite compreender como o ensino secundário foi organizado na instituição, visto que esses documentos acima citados são do período em que o Estado assumiu a responsabilidade.

No quadro 12 há a relação do corpo docente do Ginásio Estadual de Goiatuba. O quadro de professores era reduzido devido à falta de profissionais capacitados para lecionar nesse nível de ensino.

Quadro 12 – Relação do corpo docente do Ginásio Estadual de Goiatuba (Exercício 1963).

Série	Matéria	Nome do professor
4ª	Português	Vicente Jacy Monteiro
1ª - A	Geografia	Vilma de Oliveira Prado
1ª - B	“	“ “ “
Admissão	“	“ “ “
3ª	Desenho	“ “ “
4ª	“	“ “ “
Admis.	Português	Elsa Godoi de Souza
Admis.	Matemática	“ “ “
Admis.	História.	“ “ “

Fonte: Acervo documental do Ginásio Estadual de Goiatuba.

O quadro nos mostra que os professores ministravam mais de uma disciplina devido à falta de profissionais habilitados. Muitos professores da época se deslocavam até a capital para fazer cursos de aperfeiçoamento.

Quadro 13 – Horário das aulas ministradas por dia (Exercício 1964).

Funcionamento pela Manhã		Funcionamento pela noite – 1ª Série
1ª aula	07:30 – 08:20	19:00 – 19:45
2ª aula	08:20 – 09:10	19:45 – 20:30
Intervalo	20 min	15 min
3ª aula	09:30 – 10:20	20:45 – 21:30
4ª aula	10:20 – 11:10	21:30 – 22:15

Fonte: Acervo documental do Ginásio Estadual de Goiatuba

Como pode ser observado no quadro 13, no ano de 1964 o Ginásio Estadual de Goiatuba ofertava aulas nos períodos da manhã e da noite, sendo ministradas quatro disciplinas por dia. As aulas, no período da manhã, tinham a carga horária de 50 minutos, já as do período da noite, de 45 minutos.

Na imagem 6, a seguir, será apresentado o quadro geral de matrículas do Ginásio Estadual de Goiatuba referente ao dia 01 de abril de 1963 e às aulas ministradas no turno da manhã, com o total de 235 matrículas, sendo elas no 1º ciclo e admissão. No 1º ciclo as séries de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, no clássico somente a 1ª série, como se pode ver. Não são apresentados dados sobre o 2º ciclo – clássico e científico. Quanto ao percentual de alunos do sexo masculino e feminino, a diferença era pouca, não havendo predominância de um sexo. Somente no de admissão é que havia maior quantidade de alunos do sexo masculino do que do feminino.

Imagem 6 – Quadro geral de matrículas (exercício 1963)

		GINÁSIO ESTADUAL DE GOIATUBA (Nome do estabelecimento)									GOIÁS (Estado)								
		GOIATUBA (cidade)																	
		QUADRO GERAL DE MATRICULAS																	
		Em 1º de abril de 1963																	
		1.º Ciclo			2.º Ciclo						Outros cursos mantidos								
					C. Clássico			C. Científico			ADMISSÃO								
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total			
Turno - DA MANHÃ	1.ª Série	34	33	67	x	x	x	x	x	x	41	32	73	x	x	x			
	2.ª Série	21	20	41	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
	3.ª Série	15	18	33	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
	4.ª Série	10	11	21	xx	xx	xx	xx	xx	xx	x	x	x	x	x	x			
	TOTAL	235																	
		80	82	162	x	x	x	x	x	x	41	32	73	x	x	x			
Turno	1.ª Série																		
	2.ª Série																		
	3.ª Série																		
	4.ª Série				xx	xx	xx	xx	xx	xx									
	TOTAL																		

Fonte: Arquivo documental do Ginásio Estadual de Goiatuba.

Em dezembro de 1961 foi implantada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Nesse contexto, o ensino secundário passou a ser denominado ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica. “Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. (BRASIL, 1961).

Conforme o calendário escolar do ano de 1964 do Ginásio Estadual de Goiatuba, cresceu o número de matriculados, passando de 235 para 300. O ginásio contava com 7 séries: 3 primeiras, 2 segundas, 1 terceira, 1 quarta. No quadro 14 será possível compreender melhor a organização das aulas e matérias.

Quadro 14 - Relação das matérias e números de aulas por semana dos cursos ginásial e admissão.

Matérias	Nº de aulas por semana
Português	35
Matemática	28
Inglês	21
História	21
Geografia	21
Ciências	18

A.S.A.M	14
Desenho	9
Latim	4
O. S.P. B	4
Educ. Física	14

Fonte: Calendário escolar do Ginásio Estadual de Goiatuba.

De acordo com o calendário, o curso Ginásial ofertava o total de 161 aulas por semana, o curso de Admissão, 48 aulas e educação física, 24, desta forma totalizando 233 aulas semanais.

No que concerne a conformação curricular do ensino secundário, a lei relatava:

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais. Art. 45. No ciclo ginásial serão ministradas nove disciplinas. Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso. Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série. (BRASIL, 1961)

No ano de 1962 continuava sendo obrigatório o exame de admissão, conforme o

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo. (BRASIL, 1961).

Durante a busca documental no arquivo do Ginásio de Goiatuba, encontramos também outros documentos importantes que são cópias avulsas da Ata Geral de Exames de Admissão 1ª época, Ata Geral de Exames de Admissão 2ª época. Nas Atas de Exame de Admissão estão registrados os nomes dos candidatos e as matérias de Português, Aritmética, Geografia e História. Para cada matéria, continha os resultados das provas escrita e oral, a média das duas e, no final, a média geral. A banca examinadora era composta pelo Inspetor Federal Max Esteves Pereira e pela comissão examinadora Vicente Jacy Monteiro, Aloysio Alves Rocha, Adonai José de Mendonça e Max Esteves Pereira.

Dallabrida (2009) explica que os exames de admissão se iniciaram no ano de 1931, por meio da Reforma Francisco Campos, que vigorou até 1971. O jovem que tinha o interesse em cursar o ensino secundário após concluir o ensino primário deveria se submeter a um exame de admissão para provar sua aptidão.

Pelo Decreto Nº 19.890 de 18 de abril de 1931, Capítulo II: Art. 18, o exame de admissão foi fixado como exame nacional e obrigatório a fim de homogeneizar o ensino secundário em instituições públicas e privadas. (BRASIL, 1931).

As provas eram orais e dissertativas, sendo cobrado, na disciplina de Português, redação e ditado; em Aritmética, cálculo elementar; Geografia; História do Brasil e Ciências Naturais. Segundo Machado (2002), o objetivo dos exames de admissão era controlar as matrículas dos alunos no ensino secundário, pois naquele período os ginásios não tinham estrutura que atendesse todos os que concluíam o ensino primário.

Os exames de admissão para o ensino secundário se mantiveram em vigor por 40 anos, de 1931 a 1971, sendo assegurados pela Lei 19.890/1931, e foram extintos pela Lei 5692/1971.

Conforme a Ata de Exames de Admissão da primeira e da segunda época de 1962, será apresentado no quadro 15 a seguir um quantitativo de alunos do sexo masculino e feminino que prestaram os exames nesse ano.

Quadro 15– Quantitativo de alunos do sexo masculino e feminino que prestaram os exames de admissão no ano de 1962.

Exame de admissão	Masculino	Feminino	Total
1ª época	12	14	26
2ª época	18	8	26

Fonte: Atas de exames de admissão da 1ª e da 2ª época de 1962.

Como podemos ver, o número de inscritos para realizar os exames foi o mesmo. No exame de segunda época prevaleceram os homens, mas, conforme a ata, alguns fizeram o exame da primeira época, alguns desistiram e outros não passaram e tentaram novamente no exame de segunda época.

Quadro 16 – Exames de Admissão da 1ª Época da 1ª série Ginásial do Ginásio Estadual de Goiatuba.

Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes
26	10	1	15

Fonte: Ata de exames de admissão da 1ª época. Arquivo do Ginásio Estadual de Goiatuba.

Observa-se que, na Ata de Exames de Admissão da 1ª Época, o número total de alunos que prestaram o exame foi 26, sendo o número de desistentes maior que o de alunos aprovados. Como mostra o documento, muitos deles só tinham notas nas disciplinas português e aritmética e as demais estão representadas com o sinal (-), o que compreendemos como desistente, pois os alunos aprovados tinham que obter nota acima de cinco, sendo reprovados os que obtivessem nota inferior.

Quadro 17 – Exames de Admissão da 2ª Época da 1ª série Ginásial do Ginásio Estadual de Goiatuba.

Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes

26	11	1	14
----	----	---	----

Fonte: Ata de exames de admissão da 2ª época. Arquivo do Ginásio Estadual de Goiatuba.

Conforme esses documentos, podemos perceber o grau de dificuldade que os alunos tinham, pois o número de desistentes nos dois exames foi maior do que o número de aprovados. No Exame de Admissão de 2ª época 11 foram aprovados, 14 desistiram e 1 foi reprovado. Alguns dos desistentes no exame da 1ª época tentaram novamente o exame da 2ª época, alguns conseguiram ser aprovados e outros desistiram novamente. De fato, o ensino secundário parece ter continuado a se destinar à elite econômica

O Ginásio Estadual de Goiatuba continuou suas atividades seguindo os moldes do Estado de Goiás, na época responsável pelo Ginásio. As obras do novo prédio continuavam e já estavam prestes a terminar e, em 1968, a instituição se mudou para o novo prédio situado à Rua São Paulo nº 816, Centro. O antigo prédio se tornou o Grupo Escolar Jerônimo Carlos do Prado em homenagem a um dos membros da Fundação Ginásio de Goiatuba e, atualmente, ali funciona o Instituto Tecnológico de Goiás (ITEGO).

Ao historicizar o Ginásio de Goiatuba, podemos ver por quantas mudanças ele passou e a sua importância e contribuição para o desenvolvimento do município, pois se tornou um grande centro de ensino de referência em toda a região. Conforme os dados, percebe-se a grande quantidade de alunos que desejavam cursar o ensino secundário, porém o número de desistentes no Exame de Admissão era grande, pois o ensino secundário foi sempre voltado para a elite, o que dificultava a entrada e permanência de alunos de classe popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar a história do Ginásio de Goiatuba foi uma tarefa desafiadora e, ao mesmo tempo, gratificante. O Ginásio de Goiatuba é uma instituição educativa, onde comunidade escolar, alunos, professores, servidores compartilharam de um espaço de construção do saber.

Historiar uma instituição é um trabalho intenso e diário, que exige buscar uma metodologia que conduza o historiador ao conhecimento e permita executar com êxito essa tarefa.

As instituições educativas trazem em seu interior uma realidade particularizada. São locais de produção e reprodução do saber, elas produziram e continuam a produzir histórias. Os lugares são lugares singulares que produzem sua própria essência.

A trajetória vivida ao longo da história no Ginásio de Goiatuba está inserida nas diferenças de seus elementos históricos e nas fontes, as quais propiciaram melhor compreensão sobre o leque de questões que envolvem seu percurso.

Em relação às demais instituições da época, o Ginásio de Goiatuba teve uma trajetória diferente. Primeiro ele foi criado, construído e depois instalado. Seu processo de criação se iniciou em 1956 com a iniciativa de um grupo de comerciantes, composto por Agenor Garcia Rosa, Genésio Vieira de Castilho, Waldemar Borges Guimarães, Geraldo de Freitas, Jeronimo Carlos Prado, Francisco de Oliveira Marques, Arideu Costas e Oliveira e Wander de Sousa, que propuseram a criação de um ginásio no município de Goiatuba, pois antes ali não havia uma instituição secundarista. Então criaram a Fundação Ginásio de Goiatuba, que foi o primeiro órgão mantenedor do Ginásio.

A Fundação Ginásio de Goiatuba ficou responsável por angariar fundos para a construção da escola e contou com a contribuição da população com doações e subsídios. O lote para a construção do Ginásio foi doado pela empresa Irmãos Garcia, e se situava na rua Piauí, nº 460, na região central.

O prédio foi construído seguindo as exigências estabelecidas pela Portaria Ministerial nº 501, o modelo arquitetônico com acabamentos simples, aparentemente em formato de L, a rua de pedras, sem mais construções ao redor do ginásio. Naquele ambiente rústico o desenvolvimento estava chegando por meio da educação com a construção do Ginásio.

A Fundação Ginásio de Goiatuba enfrentava dificuldades de colocar o ginásio em funcionamento, pois havia as exigências estabelecidas pela Diretoria do Ensino Secundário. Sabendo das dificuldades enfrentadas para se colocar o ginásio em funcionamento, o Diretor da Seção Estadual da CNEG, Osmir Antônio Pontes, visitou a Fundação com o objetivo de

apresentar a Campanha e propôs a transferência das responsabilidades do Ginásio para a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos chegou ao município de Goiatuba no ano de 1958, quando a Fundação Ginásio de Goiatuba lhe transferiu a responsabilidade de seguir com o projeto. Somente então as atividades do Ginásio de Goiatuba se iniciaram.

Em 1960, ocorreu mais uma mudança: com a visita do então Deputado Estadual Mauro Borges ao município, o Ginásio foi transferido para o Estado de Goiás, tornando-se Ginásio Estadual de Goiatuba. Assim como ele, muitos outros também foram transferidos para o Estado no mesmo ano. Ainda em 1960 ocorreram várias mudanças no cenário educacional, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, definindo que, a partir de então, haveria somente ensino de 1º e 2º grau.

O contexto em que o Ginásio de Goiatuba surgiu está relacionado com as ações estabelecidas pelo Estado de Goiás e com a conjuntura do país, iniciando-se enquanto vigia o Decreto Lei 4.244 de 09 de abril de 1942, que organizou o Ensino Secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos e posteriormente adequando-se às novas determinações advindas da promulgação da LDB nº 4.024.

O Ensino Secundário se destinava à preparação de um grupo destinado a liderar o povo, sendo, desse modo, uma educação elitista, na qual o Estado Novo acreditava e para cuja materialização contribuía.

Em Goiás, o Ensino Secundário permaneceu com o caráter elitista não apenas nos anos de 1930 e 1940, mas também nas duas décadas seguintes. Goiatuba, um município do interior de Goiás, menos populoso e desenvolvido, que tinha parte de sua população no campo e a outra, na cidade, contribuía para o desenvolvimento com seus comércios. Nos primeiros anos de atividade do Ginásio de Goiatuba, uma minoria da população ali se matriculou. Sendo assim, de fato consistiu em uma educação para poucos. Os primeiros alunos do Ginásio de Goiatuba foram os filhos da elite da cidade, dos comerciantes, prefeito, vereadores.

O funcionamento do Ginásio se deu por meio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Nos anos 50 e 60, no Estado de Goiás, muitos ginásios foram fundados por meio da CNEG, desse modo a expansão do ensino secundário em Goiás seguia a trilha de escolas vinculadas à CNEG.

A institucionalização do Ginásio de Goiatuba seguiu não apenas os moldes estabelecidos pela CNEG, mas também os padrões exigidos pela Diretoria do Ensino Secundário e pelo Setor Municipal da CNEG, que tinham uma filosofia própria.

Os ginásios vinculados à CNEG recebiam toda sua tradição e os repasses federais e influência dos órgãos competentes e cada ginásio deveria seguir as diretrizes estabelecidas em nível nacional pela Campanha. A CNEG procurava passar a ideia do envolvimento de todos em prol da educação secundarista nos municípios.

O Setor Municipal da CNEG em Goiatuba, desde os membros da Fundação, era composto por pessoas diferentes da elite local, tais como: comerciantes, advogados, prefeito, vereadores, farmacêuticos, produtores, bancários, tabelião. O então governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, durante sua gestão (1960-1964) foi presidente de honra da CNEG.

Nos anos de 1950 e 1960, houve um fortalecimento da CNEG, ocorrido devido ao apoio que a primeira-dama do Brasil, Sarah Lemos Kubitschek, deu à instituição. Outro fator contribuinte foi o fato de ela ter sido presidente da Campanha nos anos de 1956 a 1957.

A institucionalização de um ginásio no município de Goiatuba foi palco de grandes interesses políticos, pois o fato de terem investido na educação da mocidade contribuía para os anseios políticos do grupo. O setor municipal da CNEG contribuía para dar voz ao grupo.

O fio condutor da CNEG foi abrir ginásios gratuitos para a população menos favorecida. O intuito da campanha era democratizar a educação secundária gratuita tendo como auxílio os Poderes Públicos. A oferta de matrículas no Ginásio de Goiatuba, definitivamente, não era para todas as camadas da sociedade, ao contrário, ela priorizava os filhos da elite econômica e da classe média local.

Conclui-se que a institucionalização do Ginásio de Goiatuba não ocorreu somente por se pensar em sua mocidade que se deslocava para os grandes centros a fim de cursar o ensino secundário, mas o grande viés por trás estava nos interesses políticos do grupo. Entretanto a institucionalização do ginásio contribuiu para o desenvolvimento do município e a instituição se tornou centro de referência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. **A Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

ASTOFE, Abigail Ferreira Alves. **A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e os Jornais: Uma relação de legitimação.** 2018.

BARROS, Fernanda. **A interiorização do ensino secundário ginásial público no estado de Goiás de 1945 a 1961.** In: Euriza Caldas Pessanha; Fabiany de Cássia Tavares Silva. (Org.). *Implantação e Expansão regional do ensino secundário brasileiro.* 1ed. Campo Grande - MS: Oeste, 2021, v. 1, p. 309-323.

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goiana 1906-1937.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13810/1/FERNBarrosDISSPRT.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14244.htm. Acesso em: 03 maio. 2021.

BRASIL. **Projeto de lei nº 4.421- 17/05/1954.** Concede a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

Cavalcanti Erinaldo. **História e história local: desafios, limites e possibilidades.** Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação.** 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CNEG, Estatuto da. **Estatuto da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.** Fortaleza- CE, 1961, 19p. escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

FERRER, S. M. V. **A campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o “entusiasmo” pela Educação Ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963.** 240p. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da Comunidade.** Distrito Federal: CNEC. 4ª ed. 1973.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil Império.** 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HENRIQUES, Maria de Lourdes. **CNEC - Jubileu da prata na cidade natal de Felipe Tiago Gomes**. 1960 - 1985. Picuí-PB. CNEC/Picuí, 1986.

História da CNEC. Fonte:<http://www.cnec.br/site2/php/instituicao.php?item=2>. Acesso em: 04-11-22.

HOLANDA, Ivanildo Coelho. **CNEC. Um estudo histórico**. Edições UFPB CNEC. João Pessoa 1981, p.21-22, 32-34, 39, 67,86, 90.

Macedo, Gisele M141c **A campanha: Felipe Tiago Gomes** / Gisele Macedo – Uberaba, Brasil: CNEC Edigraf, 2018.

MACHADO, José Pedro, **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, Terceiro Volume, Editora Confluência, 1956.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Contributo para a história das instituições educativa - entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas**. In: SOUSA, Cunthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

NAVES, Nelsimar José. **História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba – Go (1956 a 1974)**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão - Go, 2013.

NUNES, M. Paulo. **O discurso imperfeito: notas para a história da educação brasileira**. Teresina:Academia Piauiense de Letras, 1988, p. 32.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Lacordaire Constantino. **História do Ginásio de Goiatuba**. Entrevista concedida a Paula Ferreira Dias

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, D. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 4, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. In: In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). *Campinas: Autores Associados*, 2007. p. 3-30. <https://doi.org/10.1590/s1981-77462009000100012>

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação Comunitária: Além do Mercado e do Estado?** A Experiência da Campanha Nacional da Campanha da Comunidade, CNEC (1985/ 1988). (tese de Doutorado).

SOUZA, Cristiane Rodrigues Mendonça de. **Ensino Secundário e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG): Colégio cenecista Dr. José Ferreira, Uberaba – MG (1953-1971)**. Dissertação de Mestrado: Universidade de Uberaba – MG, 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES Joel. **CNEC, O ABC da História**. Uberaba: Edições Cenecistas, 1984.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **História Local**. 1ª EDIÇÃO Sobral/2016.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias**. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. (Org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 65-78.